



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 035

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE ABRIL DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 035

31ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Ofícios.....	03
Indicações	03
Requerimentos	03
Projetos de Lei	12
Pequeno Expediente:	
Homenagem ao Centenário do Dr.	
Mário Braga de Abreu	
Oradores:	
Dep. Cida Borghetti	14
Sra. Maria Isabel de A. Mery	17
Grande Expediente:	
Sr. Roni Anderson Barbosa	
Presidente da CUT	17
Horário das Lideranças:	
Liderança do Bloco PP/PSB	
Dep. José Domingos Scarpellini	19
Liderança do PPS	
Dep. Marcos Isfer.....	21
Liderança do PDT	
Dep. Luiz Carlos Martins.....	22
Liderança do PT	
Dep. Natálio Stica	24
Liderança do PSDB	
Dep. Ademar Traiano	25
Liderança do PMDB	
Dep. Antonio Anibelli.....	26
Liderança do Governo	
Dep. Elza Correia	27
Liderança da Oposição	
Dep. Valdir Rossoni	28
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	32
Discussão / Votação:	
2ª Discussão (Votação em)	32
Redação Final	32

2ª Discussão	33
1ª Discussão	33
Discussão Única (Indicação)	36
Requerimentos	36

Encerramento da Sessão38

Publicações:

Atas de Comissões	
Saúde Pública.	38
Defesa da Mulher, da Criança, e do Adolescente.....	38
Redação	39

DIÁRIO Nº 035

31ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2006

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Neivo Beraldin e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e em Vanderlei Iensen (44). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Geraldo Cartá-

rio, Alexandre Curi, Carlos Simões, Chico Noroeste, Durval Amaral, Hermes Fonseca, Miltinho Pupio, Rafael Greca e Waldir Leite (09); e em viagem representativa o Sr. Deputado Reni Pereira (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 047, 048 e 057/06, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil, restituindo a esta Casa Legislativa o Projetos de Lei nºs 459, 707, 727, 768, 785 e 798/05; e do Projeto de Lei Complementar nºs 419/05. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 043/06, da Sra. Daysi Lúcia Ramos de Andrade - Diretora do Arquivo Público do Paraná, encaminhando prestação de contas do Departamento Estadual de Arquivo Público, exercício de 2005. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 02/06, do Sr. Olímpio Guernieri Filho - Diretor-Presidente da Paraná Investimentos S.A., encaminhando prestação de contas, relativo ao exercício de 2005. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 07/06, do Sr. Jorge Kalache Filho - Superintendente de Negócios da Caixa Econômica, comunicando rescisão de Contrato nº 0171.082-80/2004/MDA/Caixa. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 162/06, do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do FNDE, informando liberação de recursos financeiros para execução de programas de Secretaria de Estado da Educação, programa PNATE. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 037/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei nº:

006/06: do Poder Executivo, que altera para Carreira Técnica Universitária a denominação da Carreira de Pessoal Técnico Administrativo das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Estado do Paraná e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 15.050. **Anote-se - Arquite-se.**

Indicações

INDICAÇÃO

Sr. Presidente:

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, e como Líder do PDT, indica a si próprio como membro da Comissão Especial que vai analisar a Proposição de Emenda Constitucional nº 027/06, Mensagem Governamental nº 021/06.

Sala das Sessões, em 24.04.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Líder do PDT

INDICAÇÃO

Sr. Presidente:

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, indica o Deputado Valdir Rossoni como membro representativo do PSDB na Comissão Especial que vai analisar a Proposição de Emenda Constitucional nº 027/06, Mensagem Governamental nº 021/06, que visa acrescentar parágrafo ao artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.04.06.

(a) ADEMAR TRAIANO

Líder do PSDB

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 896

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência do Deputado Reni Pereira, pois, ausentar-se deste plenário na Sessão do dia de hoje, para servir de testemunha em audiência na Primeira Vara Criminal da cidade de Foz do Iguaçu, conforme autos PC nº 2003.3958-4 designada para às 13h30min.

Sala das Sessões, em 24.04.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 897

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, justificar sua ausência na Sessão Plenária dos dias 25 e 26 de abril de 2006, pois estará presente na IX Marcha para Brasília em Defesa dos Municípios, a ser realizada nos dias 25 a 27 de abril de 2006, em Blue Tree Convention Center, na capital federal.

Na Marcha deste ano, a programação está sendo elaborada durante os chamados Fóruns Regionais em Defesa dos Municípios, assim como a pauta de reivindicações que será apresentada durante o evento ao Congresso Nacional.

Sendo de suma importância para os municípios paranaenses a representatividade no evento, uma vez que implicará na conquista de ampliação da lista de serviços do ISS, o repasse direto de recursos do salário-educação, a partilha do Cide, a criação da contribuição para o custeio da iluminação pública, entre outras.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário, sejam tomadas as providências internas necessárias para a realização do evento.

Sala das Sessões, em 24.04.06.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 899

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam convidados a diretoria da Copel e o Procurador-Geral do Estado, para discutir a Mensagem nº 031/06, Projeto de Lei nº 193/06, de autoria do Poder Executivo, que objetiva autorizar o Poder Executivo, por intermédio da Copel, ou subsidiária integral desta, a assumir o controle (societário) da UEG Araucária Ltda. no Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 26/04/06 (quarta-feira).

Sala das Sessões, em 24.04.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 881

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para que fique registrado para a posteridade, o falecimento do Reverendíssimo Padre Gustavo Henrique Pereira Filho.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada, bem como a S. Exa. Revma. Dom Moacyr José Vitti, Arcebispo Metropolitano de Curitiba, inclusive a S. Exa. Revma. Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Emérito de Curitiba.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2006.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, nesta Capital, dia 19 do corrente aos 95 anos de idade, o inesquecível e estimado Padre Gustavo Henrique Pereira Filho.

Nasceu no dia 12 de outubro de 1910 em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, filho de Gustavo Henrique e Dona Maria Cordeiro Pereira. Entrou para estudar no noviciado da Companhia de Jesus no dia 18 de março de 1947 em Pareci Novo, onde emitiu os primeiros votos como jesuíta no dia 31 de julho de 1949.

Foi ordenado sacerdote na Catedral de Porto Alegre no dia 29 de novembro de 1953. Em 1955 iniciou a última etapa de formação na Companhia de Jesus fazendo a terceira provação em Pareci Novo. No dia 15 de agosto de 1958 emitiu os últimos votos na residência dos Jesuítas na cidade de Pelotas Rio Grande do Sul.

Durante sua vida sacerdotal e religiosa, exerceu diversos ofícios e atividades. Foi auxiliar da Santa Casa de Porto Alegre, Auxiliar de Assistência Eclesiástico dos Círculos Operários em Pelotas durante o ano de 1956; em 1957 assumiu a orientação espiritual do Seminário Diocesano de Pelotas, onde permaneceu até 1958.

Desde jovem passou a residir em Porto Alegre, onde formou-se em Medicina e, já com mais de 30 anos de idade, entrou para a Companhia de Jesus, ordenando-se sacerdote jesuíta. A partir daí, verificou que poderia ser médico do corpo e da alma.

Em 1960, a convite do saudoso Arcebispo Metropolitano Dom Manuel da Silveira d'Elboux, passou a residir em Curitiba, na Casa do Estudante Universitário (CEU), recebendo a incumbência de realizar um trabalho pastoral entre a juventude curitibana. Por isso, fundou em 1964 o Movimento Universitário Cristão (MUC), destinado à formação de universitários e de vestibulandos nos ensinamentos cristãos.

Ainda na década de 60, Padre Gustavo lecionou pela cadeira de Deontologia Médica, na Faculdade de Ciências Médicas de Curitiba, e fundou o Grupo de Estudos Cristãos de Curitiba. Foi professor da Faculdade de Medicina e de Direito de 1960 a 1975. Exerceu a função de Capelão da Reitoria da Universidade Federal do Paraná, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo do Paraná, e do Palácio do Governo.

Aos domingos, Padre Gustavo, realizava na Igreja do Rosário a Missa do Universitário, às 11 horas. Padre Gustavo, repetia sempre *Mesmo tendo feito voto de pobreza, eu me sinto rico pelas grandes amizades que cultivei em Curitiba*.

Padre Gustavo recebeu o título de Cidadão Honorário do Paraná, bem como cidadão de Curitiba. Recebeu também o importante prêmio Heleno Fragozo pelos direitos humanos, concedido pelo Instituto do mesmo nome, com apoio da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná (OAB - PR).

É para nós um dia muito triste, este dia em que redigimos este requerimento, para registrar o falecimento do nosso querido e inesquecível Padre Gustavo Henrique Pereira Filho.

Eis-nos aqui, no Gabinete da Assembléia Legislativa do Paraná, venerável Pastor, para lhe rendermos, mais uma vez, a homenagem do nosso respeito e de nosso amor filial. O tempo que embota, não consegue, todavia, apagar a saudade que habita em nosso coração depois que nos deixou, para uma vida melhor. É que sua vida exemplar deixou em nosso espírito uma lembrança imortaldade. Passou, como o Divino Mestre, sobre a terra fazendo somente o bem. O amor que dedicava ao seu

sagrado ministério criou em torno de sua fronte austera uma aura de prestígio que o tempo não apagará.

Foi o pastor dedicado e amoroso que não conhecia descanso nem repouso, enquanto sabia que ali havia ovelha necessitando de seu amparo quer espiritual, quer material. Nada lhe detinha no cumprimento do dever. Sacrificava o seu bem-estar, pelo bem estar dos outros, e isso com um desinteresse apostólico, elevado ao nível do sacrifício.

Sua missão, inspirada nas lições do Evangelho, produziu frutos imarcescíveis, e, eis porque, aqui nos achamos neste momento, concentrados para lhe rendermos mais uma vez nosso preito de gratidão e saudade imensa. Bendita, pois, sua memória, e ao rememorar-la teremos sempre presente a figura do apóstolo, suas lições e os seus exemplos que tão fundo calaram em nossas almas.

Prometemos que nunca haveremos de o esquecer e que há de ser, para nós, o conselheiro seguro nas nossas aflições e nas nossas dúvidas. Lá junto a Deus, onde está, seja o nosso intercessor para que sua proteção vele sempre sobre nós. Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Repousa, pois, valente lutador. Que Deus na sua infinita bondade lhe restitua na outra vida o muito que fez pelos seus semelhantes.

Tombou mais um lutador. A morte, no seu perambular incessante, não respeita nem fortes nem fracos. Por isso caiu o Reverendíssimo Padre Gustavo, quando ainda no aceso da luta levando consigo, entretanto, a certeza de haver lutado com denodo e altivez, o combate da honra e do dever, sempre junto com os amigos.

E, nós, que pertencemos ao imenso rebanho, aqui ficamos qual ovelhas unidas ao pastor que sempre nos guiou como amigo, através das campinas da vida para nos levar ao redil celeste, que no dizer de Milton Nascimento:

Amigo é coisa para se guardar debaixo de sete chaves, dentro do coração.

Amigo é coisa para se guardar do lado esquerdo do peito. Mesmo que o tempo e a distância digam não.

Mesmo esquecendo a canção, o que importa é ouvir a voz que vem do coração.

Descansa em paz, amigo.

Nosso saudoso Padre Gustavo era Cidadão Honorário do Estado do Paraná desde 1984. Naquela Sessão Solene, ouvimos e anotamos o último tópico do seu brilhante pronunciamento:

Adoro o Paraná, tão bem chamado/

Terra da promessa, o Eldorado/

Terra de Guairacá, nobre e valente/

Adoro o Paraná/

Alto proclamo/

Não troco por reino o chão que amo/

Nem por uma sólida importância,/

Minha gente.

E arrematou com eloquência:

Para mim o viver é Cristo, só assim poderei ser mais forte de bênçãos para este Paraná, agora, mais do que nunca, meu Paraná, por eleição direta do seu povo.

Saudoso Padre Gustavo Henrique Pereira Filho: a parca impiedosa e cruel, roubou a vida e ao convívio de seus entes queridos, de seus grandes amigos, entre eles este Deputado. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada e família, aos amigos e ao trabalho.

Um vácuo imenso invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Mas, tal é a condição humana: viver, lutar e morrer.

Fique certo, amigo dileto, de que sua memória ficará viva em nosso coração e que seus exemplos continuarão a nortear nossa vida.

Sua família, a família que adorava, esteve presente, despedindo-se em lágrimas dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois, saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares do Padre Gustavo endereçando a eles voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 882

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Laudelina Batista da Silva, ocorrido no dia 20 de abril em Palmas.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24.04.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 84 anos de idade, faleceu a Sra. Laudelina Batista da Silva. Era viúva do Sr. Aldo Correia da Silva, ambos de naturalidade catarinense. Em 1962 vieram para a cidade de Palmas onde fixaram residência com seus oito filhos que lhes deram trinta netos e onze bisnetos.

Dona Laudelina era mãe do nosso companheiro e amigo, Vilmo Rodrigues Correia da Silva, Presidente do Diretório Municipal do PMDB de Palmas.

Seu passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-a ao convívio de seu entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Sua família, a família que a adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüila, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Pedimos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares de Laudelina Batista da Silva, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário nesta hora difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Silva, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 888

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, que seja consignado nos Anais da Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Odila Guide Rozário Marchini, 74 anos, advogada dos primeiros tempos de Andirá, de tradicional família, pioneira da cidade.

Deixa o esposo Mauro e os três filhos: Lincoln, Omar e Ricardo.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicada a família enlutada no seguinte endereço: rua Cesário Castilho, 800, Andirá, CEP, 86.385-000.

Sala das Sessões, em 24.04.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 890

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo passamento do Revmo. Padre Gustavo Henrique Pereira Filho, no dia 19 de abril de 2006, aos 95 anos de idade.

O padre jesuíta Gustavo Henrique Pereira Filho, um dos mais conhecidos orientadores espirituais de Curitiba, foi Capelão do Palácio Iguaçu, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e também do Poder Judiciário, sendo que, as ações, tanto na esfera religiosa como social do padre Gustavo, foram de elevada relevância para aqueles que se encontravam sob seu apostolado.

Requer, ainda, expediente externado as mais sinceras condolências aos familiares.

Sala das Sessões, em 24.04.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 894

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar à família Müller, da cidade de Marechal Cândido Rondon, neste Estado, pelo falecimento da Sra. Zilda Markus Müller, no último dia 17 de abril.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, respeitando os sentimentos da família diante da consternação, manifesta a sua solidariedade rogando ao

Altíssimo força e resignação para suportar a perda irreparável.

Que as saudades e a ausência possam ser superadas com a grata lembrança do exemplo de mãe, de amor à família, ao trabalho e à comunidade que a Sra. Zilda Markus Müller deixou para todos nós. Virtude admirável e só vista em pessoas muito especiais e abençoadas.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se seja dado ciência do mesmo à família enlutada, na pessoa do Sr. Arno Walter Müller, via correspondência, a ser encaminhada à Rua Santa Catarina, 407 - CEP: 85.960-000 - Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 24.04.06.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 901

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Casa a inserção nos Anais da Sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Manoel Bandeira - Tenente Bandeira, ocorrido no último dia 20 em São José dos Pinhais.

Requer, ainda, que esta manifestação seja comunicada à Sra. Maria de Lourdes Cruz Bandeira, viúva do extinto, bem como ao Ilmo. Sr. Comandante da 5ª Região Militar.

Sala das Sessões, em 24.04.06.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Manoel Bandeira, falecido no último dia 20 em São José dos Pinhais, era filho de Manoel Gonçalves Bandeira e dona Neusa Alves dos Santos, deixando como viúva a professora Maria de Lourdes Cruz Bandeira.

Nascido em 20 de maio de 1920, Manoel Bandeira descendia do desbravador Joaquim José Pinto Bandeira, coronel do Regimento de Milícias sediado em Curitiba e responsável pela abertura de caminhos, pacificador dos índios bravios que habitavam o sertão do território que viria a se tornar a Província e depois Estado do Paraná; tendo sido eleito Deputado e primeiro Presidente da Assembléia Legislativa Provincial em 1854.

Seu descendente e nosso homenageado póstumo, Manoel Bandeira, iniciando a carreira militar como soldado raso da Arma de Cavalaria, chegou a oficial, reformado-se no posto de Primeiro Tenente após exercer funções de relevância histórica, sobretudo a registrada ao servir na missão do Exército que, sob as ordens do Coronel Basílio Marques dos Santos Sobrinho, instalou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (Getsop), após o episódio conhecido como Revolta dos Posseiros, ocorrido entre o fim dos anos 50 e o início da década de 1960.

Embora envolvendo cumprimento do dever militar, Bandeira se apresentou voluntariamente para essa participação, que requeria excepcional dedicação e demonstração de coragem pessoal em face dos riscos a que estavam expostos os integrantes da operação, numa área confla-

grada pela presença de pistoleiros que não hesitavam em assassinar posseiros e intimidar autoridades da área. Mas, uma situação inteligente e firme da força federal conseguiu, ao cabo de alguns anos, pacificar a região, no ensejo povoada por levas de colonos que tornaram o Sudoeste um dos celeiros agropecuários do país.

A propósito, o desarmamento das hordas de jagunços, a superação dos conflitos de terras e a colonização pacífica e ordenada do Sudoeste paranaense - ações conduzidas por oficiais, soldados e técnicos a cargo do Gestop, órgão diretamente ligado ao Gabinete Militar da Presidência da República - constitui mais uma página gloriosa que se junta a outros tantos feitos históricos dos brasileiros que serviram e servem em nossa 5ª Região Militar, a região "Heróis da Lapa".

Após tão brilhante folha de serviços prestados ao Exército Brasileiro, o Tenente Bandeira trabalhou no setor público, assessorando o coronel Brasília Marques no então Departamento Estadual de Terras e na então Rede Viação Paraná-Santa Catarina, antes de se aposentar em definitivo. Passou então a residir em São José dos Pinhais, onde granjeou largo círculo de amizades, por sua conduta generosa e afável, sempre pronto que era em auxiliar e orientar quantas pessoas - parentes, amigos e até desconhecidos - se acertassem dele para receber apoio e conselhos; ali vivendo até a propecta idade de 85 anos, como um varão cuja existência de desprendimento e dignidade incorpora um exemplo vivo para os nossos concidadãos - tudo o que justifica plenamente a manifestação desta Casa representativa do povo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 911

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de pesar à família do empresário e radialista Nagib Harmuch, morto no último dia 21 de abril, na cidade de Irati.

O presente voto se justifica em função do importante trabalho desenvolvido pelo empresário e radialista à frente da Rádio Najuá de Irati de onde, durante anos, levou informação e ajudou na formação de opinião daquela cidade e de nosso Estado. O voto é, portanto, um reconhecimento pelos relevantes serviços prestados pelo radialista à cidadania e à ética na política estadual.

Sala das Sessões, em 24.04.06.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 883

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Rio Bom pelo transcurso do seu 42º aniversário.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Moisés José Andrade, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Eufrásio Silva Oliveira, bem como a todos os Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Rio Bom.

Sala das Sessões, em 24.04.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 28 de abril, o município de Rio Bom estará comemorado, através de sua laboriosa população, a passagem do seu 42º aniversário, com grandes festividades.

Histórico: Em 1942, surgia o Patrimônio de Rio Bom, não muito distante da cidade de Apucarana. Dentre as primeiras famílias que ali se estabeleceram, destacavam-se as de Adriano Correia, Antônio Jacewicz, João Woiski, Otto Mader, João Reck, Cantídio Pinto de Andrade, José Gomes de Lima, José Sabiernaski, Luiz Ribeiro, Artibano Rossi, Evêncio Severino Ferreira. Estanislau André Butwillowicz, José Raimundo Pantano, Ângelo Cerutti, Raimundo Leite de Oliveira a Joaquim Luiz da Rosa.

Pela Lei Estadual nº 02, de 10 outubro de 1947, foi criado o Distrito Administrativo. A Lei Estadual nº 790 de 14 de novembro de 1951, criou o município de Rio Bom, com território desmembrado do município de Apucarana.

A Lei Estadual nº 1.132, de 13 de junho de 1953, extinguiu o município de Rio Bom, e a sede municipal foi transferida para o distrito da Catugi (atualmente Borrazópolis). Através da Lei nº 4.859, de 28 de abril de 1964, foi restabelecida a autonomia política de Rio Bom, e reinstalado a 13 de dezembro de 1964.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, associa-se às homenagens que serão prestadas a toda população riobonense, na festiva data da comemoração do 42º aniversário do seu município.

REQUERIMENTO Nº 902

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Vereador João Carlos da Silva, do município de Piraí do Sul, pela iniciativa de organizar, no dia 23 de abril passado, uma "Troepeada" até a gruta de Nossa Senhora das Brotas, Padroeira do município, reunindo devotos, cavaleiros e turistas e enaltecendo o turismo religioso.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo, através de correspondência a ser encaminhada ao endereço: Largo Frei Guido Hussmann, 285 - CEP 84240-000 - Piraí do Sul-PR.

Sala das Sessões, em 24.04.06.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 891

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de louvor à Petrobras, pelo excelente trabalho, chegando o Brasil à auto-suficiência na produção de petróleo.

Sala das Sessões, em 24.04.06.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

O Brasil pode comemorar ao entrar para um grupo muito seletivo de países auto-suficientes na produção de petróleo. A Petrobras, graças principalmente aos investimentos dos últimos três anos, alcançou a auto-suficiência na produção de petróleo.

Investimentos recorde ano a ano pelo Governo Federal e uma mudança na posição estratégica da Petrobras, fizeram da empresa a oitava empresa mundial no setor petrolífero. A estratégia acertada levou a empresa, também, a obter o maior lucro da história de uma empresa no Brasil, e da América Latina. Isso se deu pelo investimento na empresa; foram 68 bilhões de reais entre 2003 e 2005. Só em 2005 foram investidos 25,7 bilhões de reais, e para este ano a previsão é de R\$ 38 bilhões.

O lucro e os investimentos fizeram o valor de mercado da empresa saltar 54%, em 2005. A produção de petróleo no país aumentou, em apenas dois anos, mais de 400 mil barris por dia; eram R\$ 1,5 milhão em 2004 para 1,91 milhão de barris/dia em 2006.

Sem falarmos de uma decisão que gera milhares de empregos na indústria naval, graças a um projeto do Governo Federal que exigia participação nacional mínima de 65% na construção de plataformas. Duas são as plataformas a P-51 e a p-52 que estão sendo projetadas e construídas com essa nova exigência. A P-51, está sendo totalmente construída no Brasil, inclusive o casco, obra inédita em estaleiros nacionais.

No atual momento mundial onde o preço do barril de petróleo bate recordes sucessivos, a auto-suficiência levará o Brasil a uma posição ímpar no cenário global. Em 2001, por exemplo, o barril de petróleo estava na casa dos U\$ 28,00, e o litro de gasolina a R\$ 1,62; hoje, o barril já está a U\$ 63,00 e a gasolina a R\$ 2,28, se estivéssemos sobre a política anterior o preço da gasolina estaria ultrapassando a marca de R\$ 3,65.

Com a auto-suficiência, o Brasil baterá novos recordes na balança comercial, gerará mais impostos e com isso, além de aumentar as divisas do país, o Governo Federal terá mais poder de investir em ações sociais, educacionais e de saúde.

Além disso, o país pode alcançar a qualificação de investment grade, que é uma posição que proporcionará ao país menores taxas e condições muito mais favoráveis de captação de dinheiro para investimentos. A Petrobras, em 2005, alcançou o status de investment grade.

Enfim, a Petrobras, na gestão do Presidente Lula, deu um salto de qualidade e de quantidade, fazendo mais uma vez história em nosso país, e trazendo desenvolvimento e soberania.

REQUERIMENTO Nº 895

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia, a inserção nos Anais da Sessão de hoje, de voto de louvor em comemoração ao centenário de nascimento do médico, professor e humanista Dr. Mário Braga de Abreu.

Sala das Sessões, em 24.04.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Mário Braga de Abreu nasceu em Curitiba, em 1906. Formando em medicina no Rio de Janeiro, tornou-se professor em 1937, ocupando a primeira cátedra cirúrgica da UFPR.

Intellectual católico, fundador da Universidade Católica do Paraná, e do Círculo de Estudos Bandeirantes, ao lado de Arthur Martins Franco, Bento Munhoz da Rocha Neto, José Loureiro Fernandes.

Fez verdadeira escola na Santa Casa de Misericórdia, sempre liderando a equipe cirúrgica, em que participaram desde 1936 os notáveis doutores Pedro Cerqueira Lima e Ney Nascimento.

Bisturi de Ouro do Brasil em 1964, foi a alma do Hospital de Caridade da Santa Casa de Misericórdia. Ao Dr. Mário Braga de Abreu se devem os 200 leitos de indigentes que ali se encontram até hoje.

Viveu dedicado ao trabalho. Apóstolo da caridade, chegou fazer doações do próprio bolso para manter os pobres da Santa Casa. Jamais cobrou dos que não podiam pagar. Muitas vezes, sequer dos que podiam, por amizade. Todos seus pacientes eram tratados com a mesma dedicação humanitária e perícia médica. Sua morte, em 1981, foi chorada por pessoas de todas as condições sociais. Seu enterro bloqueou as ruas de Curitiba. O comércio da vizinhança e da rua Vicente Machado fecharam as portas espontaneamente, à passagem do féretro - a farmácia, os armazéns, o açougue, a padaria - numa última homenagem. D. Jerônimo Mazarotto, bispo de Arsinoé na Arcádia, e seu companheiro de fundação da Universidade Católica, encomendou o corpo. Doutor Mário Braga de Abreu foi dos últimos "médicos de família" da cidade. Cumpriu literalmente o juramento de Hipócrates, conjugando-o plenamente com o mandamento do amor e da caridade cristã.

Lembro a todos que Dr. Mário Braga de Abreu, sua vida e sua obra tiveram o sentido de provar aos estudiosos da dita "história das estruturas", da dita história das mentalidades, da "história da medicina no Paraná" a infinita caridade, o formidável desempenho, deste grande homem no seu tempo!

Seja este requerimento encaminhado a Maria Cristina e Renato Bonardi; Maria Izabel e Fernando Néry;

Maria Cecília e Gilberto Pires; Rua Olavo Bilac, 680 - CEP 80440-040.

REQUERIMENTO Nº 893

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, de votos de regozijo ao Exército Brasileiro pela passagem de sua data comemorativa neste dia 19 de abril, com a expressão de nossa saudação e de nossos melhores cumprimentos:

Saudamos o nosso Exército Nacional pelas glórias passadas, tão grandes, tão valorosas e tão sabidas, evocando a memória dos seus heróis que a Pátria não há de esquecer.

Saudamos a sua história, tão representativa, que se confunde com a própria história da Nação brasileira. Uma trajetória memorável onde sentimos a tradição e abnegação dos homens dessa arma, na construção e no denodado empenho de manter intacta a dimensão deste continente que se fez país.

Saudamos a sua virtude de nunca se esquivar dessa tarefa cívica, mesmo tendo que palmilhar o chão mais inóspito e desconhecido de nossas linhas fronteiriças tão distantes, para assegurar e resguardar a nossa unidade nacional.

É a este Exército do Brasil, engajado na busca do nosso desenvolvimento, ajudando, apoiando e socorrendo as comunidades nas longínquas regiões brasileiras, entre tantas outras altivas atuações - mostrando-se um obreiro atento e diligente -, que rendemos a nossa melhor homenagem.

Que o Exército de Caxias, que vive e mora no coração da gente brasileira, como tão bem indicaram recentes pesquisas, registrando índices de mais alta confiança, sempre possa prosseguir na sua missão patriótica e humanitária que vem realizando, acrescentando novos triunfos aos já alcançados em sua secular, altaneira e produtiva existência, de sempre estar a serviço da paz.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado proponente requer seja dado ciência da mesma, via correspondência a ser encaminhada ao General Túlio Cherem, MD Comandante da 5ª Região Militar e da 5ª Divisão do Exército, à Rua 31 de Março, s/nº - Pinheirinho - CEP 81150-280 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 24.04.06.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 900

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Reverendo Silas Barbosa Dias.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis

Sala das Sessões, em 24.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 903

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de aplauso ao Cabo PM Marcos Fernandes e Soldado PM Marcelo José Marques, lotados no 1º Batalhão de Polícia Militar do Paraná, no município de Ponta Grossa, pela presteza no socorro prestado ao menor Mateus Gabriel Martins, que ao sofrer convulsões decorrentes do estado febril elevado, nas proximidades do terminal Central de Transporte Coletivo, teve sua vida salva graças às manobras de ressuscitação aplicadas pelos citados.

Requer ainda, que se dê ciência aos mesmos, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Professor Cardoso Fontes, 985 - Bairro da Ronda - CEP 84050-900 - Ponta Grossa / PR.

Sala das Sessões, em 24.04.06.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 887

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário desta Casa Legislativa, REQUER ao Exmo. Sr. Presidente, que sejam enviados ofícios manifestando incondicional apoio ao movimento intitulado "Tratoração", que será realizado nesta terça-feira, dia 25 de abril de 2006, a partir das 13h00, na cidade de Dois Vizinhos, aos Presidentes das entidades que estão organizando o citado movimento, a saber:

- Sindicato dos Empregados Rurais de Dois Vizinhos - Presidente: Hélio Cappellesso;
- Secretaria Municipal da Agricultura de Dois Vizinhos - Secretário: Itamar Boaretto;
- Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense Ltda. - Presidente: Leocir Sartori;
- Associação dos Avicultores do Sudoeste do Paraná - Presidente: Amarildo Brustolin;
- Associação Comercial e Empresarial de Dois Vizinhos - Presidente: Luiz Carlos Peretti.

Sala das Sessões, em 24.04.06.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Justifico este requerimento na medida em que as entidades representativas de classe da cidade de Dois Vizinhos estão organizando um movimento para demonstrar sua insatisfação para com a política econômica que o

Governo federal vem destinando à classe produtora, especialmente aos agricultores de uma forma geral. Também, esse movimento servirá para apresentar diversas reivindicações em benefício do agronegócio, que atravessa séria crise, em virtude da ineficiente política econômica atualmente em vigor para o setor.

Esse movimento, que será realizado na cidade de Dois Vizinhos, nesta terça-feira, 25.04.06, reunirá agropecuaristas de diversos municípios daquela microrregião sudoeste, e espera-se a presença de mais de trezentos tratores para um grande desfile numa das principais ruas da cidade, aquela em que estão localizados o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

Na condição de Parlamentar que defende os verdadeiros interesses da região e da agricultura paranaense como um todo, manifesto meu incondicional apoio ao movimento e solicito dos nobres Parlamentares a aprovação deste requerimento, para que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná manifeste também sua posição de solidariedade aos agricultores paranaenses da região Sudoeste do Estado.

Conto, portanto, com a aprovação deste requerimento, em regime urgentíssimo, para que os expedientes requeridos sejam enviados em apoio ao movimento dos nossos agricultores representados pelas entidades citadas neste documento.

REQUERIMENTO Nº 906

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ao Comandante da Polícia Militar, Cel. Nemésio Xavier de França Filho; ao Comandante da Polícia Rodoviária, Tenente-Coronel Celso José Mello, expediente de encaminhamento de denúncia contra os soldados rodoviários Eurici e Brandt, da 5ª Cia. de Ponta Grossa, por abuso de autoridade, desvio de conduta e extorsão, cometidos durante execução de blitz na Rodovia do Café, no trecho próximo ao município de Imbaú.

Sala das Sessões, em 24.04.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Na última sexta-feira, dia 21, quando nos encaminhávamos para Apucarana, acompanhado da família, fomos abordados pelos policiais Eurici e Brandt, que realizavam uma blitz, próximo a Imbaú, informando que o veículo estava acima da velocidade permitida, o que foi autuado e feita a notificação, embora sem a nossa concordância. No mesmo momento foram parados mais dois veículos, um Fiat Uno e uma camionete, com a mesma alegação, embora ambos contestassem a argumentação do policial.

Ocorre que somente o nosso veículo foi notificado e fomos informados pela condutora do Fiat Uno que a mesma não foi notificada, porém teve que desembolsar

R\$ 50,00 para evitar a multa em “pagamento” para os policiais responsáveis pela referida blitz.

Ora, Sr. Presidente, além da inverdade sobre a alta velocidade de 127 Km/h que contestamos - assim como os outros dois abordados - porque estávamos com a família, incluindo duas crianças que são os meus netos e eu não seria imprudente; fomos desacatados sob a alegação de que não têm que dar satisfação a ninguém; houve tratamento desigual com a não notificação da outra condutora; houve extorsão da mesma e abuso de autoridade.

A busca da verdade nos impele a solicitar dos Comandos uma profunda investigação sobre os fatos ocorridos e punição dos culpados. Pedimos que esta Casa, após ouvido o douto Plenário, encaminhe os referidos documentos.

REQUERIMENTO Nº 889

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação, solicitando informações sobre o andamento da reforma da Escola Estadual Aline Picheth, no município de Curitiba/PR, sita à Rua Eurípedes Garcez do Nascimento, 921 - Ahú - CEP 80540-280.

Caso ainda não tenha sido iniciada a mencionada reforma, requer providências urgentes em razão do estado em que se encontra a escola.

Sala das Sessões, em 24.04.06.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Aline Picheth, do município de Curitiba/PR, sito à Rua Eurípedes Garcez do Nascimento, 921 - Bairro Ahú - CEP 80540-280 - protocolou no dia 14/03/04, o protocolado 8814210, onde solicita agilização dos processos: 8.098.195-3, 8.524.424-8, 8.097.972-0, 8.653.277-8 e 8.349.775-0, processos que tramitam há mais de seis meses na Fundepar.

Tal pedido se faz necessário porque se tratam de assuntos de grande relevância para o funcionamento e segurança da escola. O protocolo 8.098.195-3, por exemplo, refere-se à reforma da sala dos professores, que possui rachaduras nas paredes e que se sustentam por armários, que se retirados, poderão provocar sérios acidentes. Já o protocolo 8.524.424-8, refere-se à vistoria na parte elétrica, que tem origem no final dos anos cinquenta, sem manutenção adequada, e completamente incapaz de atender à demanda dos aparelhos eletrônicos modernos e potentes, estando na iminência de provocar danos irreparáveis, de conseqüências desastrosas. Também foram protocolados os processos 8.097.972-0, 8.653.277-8 e 8.349.775-0, referentes ao fornecimento de materiais em geral, como carteira, arquivos, etc. A escola vem insistindo nesses pedidos por serem necessidades emergenciais.

Caso ainda não tenha sido iniciada a mencionada reforma e reparos, requer providências urgentes em razão do estado em que se encontra a escola.

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

REQUERIMENTO Nº 898

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado pedido de informação ao Secretário da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, sobre a troca de alimentos frescos por enlatados, nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Londrina:

1) essa troca foi aprovada pelos Conselhos de Educação e Alimentação Escolar?

2) Houve estudo técnico e científico para essa substituição?

3) Qual a relação custo/benefício para essa substituição?

4) Houve pareceres e estudos por nutricionistas para a troca desses alimentos?

5) Enviar documentos comprobatórios das respostas aos incisos anteriores.

6) Outras informações alusivas a esse assunto.

Sala das Sessões, em 24.04.06.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido de informações busca esclarecer dúvidas encaminhadas ao nosso gabinete pelos Vereadores da Câmara Municipal de Londrina.

REQUERIMENTO Nº 909

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretária de Estado da Administração e da Previdência, Exma. Sra. Maria Marta Renner Weber Lunardon, solicitando informações em relação ao atraso da liberação da pensão a que tem direito a Sra. Andreana Gomes da Silva de Souza, esposa do Policial Militar Alexandre de Souza, morto com um tiro no abdômen ao tentar dominar dois ladrões durante um assalto.

Sala das Sessões, em 24.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 908

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando informações referentes à troca de alimentos frescos por alimentos enlatados nas escolas da rede estadual de ensino de Londrina.

I - Essa troca foi aprovada pelos Conselhos de Educação e Alimentação Escolar?

II - Houve estudo técnico e científico para essa substituição?

III - Qual a relação custo/benefício que embasou essa substituição?

IV - Houve pareceres e estudos por nutricionistas para a troca desses alimentos?

V - Enviar documentos comprobatórios das respostas aos incisos anteriores.

VI - Outras informações alusivas a esse assunto.

Sala das Sessões, em 24.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 910

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário da Justiça e da Cidadania, Exmo. Sr. Desembargador Jair Ramos Braga, solicitando informações em relação à quantidade de celas provisórias alugadas e o valor pago mensalmente por unidade destas, instaladas nos fundos da carceragem do 2º DP em Londrina.

Sala das Sessões, em 24.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 912

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando informações do Comando Geral da Polícia Militar do Paraná, em relação ao atraso do pagamento do Fundo de Assistência à Saúde (FAS-PM) para atender o policial militar Jorge Setsuo Kobayashhi, que, conforme matéria de jornal, ainda não recebeu os referidos recursos.

Vale ressaltar que este mesmo Parlamentar já fez aprovar requerimento nesta Casa de Leis, solicitando providências da Secretaria de Estado da Segurança Pública em relação ao mesmo assunto, mas até o momento nenhuma resposta foi encaminhada.

Sala das Sessões, em 24.04.06.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 202/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Carlos Gomes de Ubatã-PR, com sede e foro em Ubatã.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.04.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Carlos Gomes de Ubatã-PR, localizado na Rua Bahia, nº 954, município de Ubatã, é um órgão de representação dos pais, mestres e funcionários do estabelecimento de ensino, não tendo caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus diretores e conselheiros, sendo constituída por prazo indeterminado e tem como objetivos:

- prestar assistência aos educandos e professores, assegurando-lhes melhores condições de eficiência escolar, em consonância com a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

- buscar a integração dos segmentos da sociedade organizada, no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa comunidade.

- promover entrosamento entre pais, mestres e funcionários e toda a comunidade, através de atividades sócio-educativas, culturais e desportivas.

PROJETO DE LEI Nº 203/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam as escolas da rede pública estadual obrigadas a fazer exibição de vídeo educativo sobre doenças sexualmente transmissíveis (DST's) e Aids.

Art. 2º O vídeo educativo sobre doenças sexualmente transmissíveis (DST's) e Aids, a que se refere o *caput* do artigo 1º, poderá ser qualquer tipo de vídeo, desde que o mesmo contenha informações claras e objetivas sobre as doenças citadas, como são adquiridas, suas consequências e formas de prevenção.

Art. 3º A exibição do vídeo educativo sobre doenças sexualmente transmissíveis (DST's) e Aids, será feita em dia, local, hora e por funcionários a serem designados pelo(a) diretor(a) da escola.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Estado da Educação, suplementadas, se necessário.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei, por ato próprio.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.04.06.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Em pleno terceiro milênio o velho e conhecido tema das doenças sexualmente transmissíveis, volta à discussão. É cada vez mais urgente a participação da sociedade e das autoridades na prevenção dessas doenças, auxiliando no repasse de informações que ajudem na mudança de comportamento da população, principalmente os jovens. Além da contaminação pelas DST's, a gravidez precoce também deve ser alvo da preocupação de todos nós.

Antigamente as DST's eram conhecidas pelo nome popular de doenças venéreas, isto é, doenças de Vênus. Apesar do nome genérico romântico, essas doenças matavam e ainda continuam matando. Atualmente, com a liberalização do comportamento sexual das pessoas, as DST's voltaram a assolar a sociedade brasileira.

Segundo a Coordenação Nacional de DST do Ministério da Saúde (MS), como as DST's indicam, na maioria dos casos, um comportamento sexual de risco, há também uma grande propensão de que a pessoa possa estar contaminada pelo vírus HIV.

As DST's são transmitidas por meio de relações sexuais anais, vaginais e orais. A pessoa infectada só se dá conta do contágio muito depois porque os sintomas ou sinais demoram a aparecer.

Diante dessa realidade e de acordo com a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids e o Centro de Estudos em Sexualidade e Reprodução Humana, segundo a qual o trabalho de orientação sexual no país ainda é incipiente de vídeo educativo sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's) e Aids, nas escolas da rede pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 204/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Todos os brinquedos, material escolar ou peças de vestuários, apreendidos no Estado do Paraná, como produtos falsificados, deverão ser doados às instituições filantrópicas e de caridade conveniadas junto à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado do Paraná.

Art. 2º O material apreendido, de acordo com o artigo 1º desta lei, deverá ser analisado pelo Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná - Ipem-PR, que verificará a qualidade das mercadorias e atestará a possibilidade da utilização.

Art. 3º O Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná solicitará aos representantes legais das marcas apreendidas, detentores das patentes de brinquedos, material escolar e vestuários infantis no Brasil, autorização para distribuição do material apreendido.

Art. 4º Atendidas as especificações do artigo anterior, as mercadorias apreendidas serão encaminhadas à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, que promoverá a distribuição do material apreendido às instituições filantrópicas e de caridade, conveniadas.

Art. 5º As instituições que queiram receber as doações deverão apresentar a solicitação junto à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado do Paraná.

Art. 6º Sempre que possível, a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, viabilizará a descaracterização da logomarca do fabricante, alvo de falsificação, antes de sua distribuição.

Art. 7º A doação das apreensões não comprometerá o andamento dos processos no Poder Judiciário que deverão estar devidamente instruídos quanto à quantidade, à qualidade e ao destino dado às mercadorias.

Art. 8º A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social deverá estabelecer um calendário anual para a distribuição das mercadorias às entidades cadastradas.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 10 As despesas decorrentes com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.04.06.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Constantemente a imprensa tem divulgado grandes apreensões de material falsificado no Estado do Paraná, consequência de uma política para garantir e assegurar aos detentores dos direitos autorais a certeza da comercialização cada vez maior de produtos com autenticidade

garantida, bem como, assegurar aos cofres públicos a arrecadação dos impostos.

Conforme Lei Federal nº 9.610, de 19/02/98 que “altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências” as apreensões de mercadorias falsificadas, entre elas, brinquedos e material escolar, são incinerados ou entregues aos titulares das marcas.

A doação para pessoas carentes poderá significar um destino socialmente justo àqueles que mais precisam e não têm oportunidade de acesso, além de definir uma destinação para a utilização adequada no sentido de atender a uma demanda existente.

As empresas vítimas da pirataria e falsificação de seus produtos poderão conceder a destinação do material apreendido, direcionados ao atendimento social para instituições filantrópicas e de caridade com a finalidade de contribuir para uma melhor utilização desses produtos.

Tendo em vista a grande relevância da matéria, bem como os muitos benefícios resultantes desta iniciativa, solicitamos o apoio dos nobres Pares, para a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 205/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Acem - Associação Cultural e Esportiva Marialvense, com sede e foro na cidade de Marialva.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.04.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A Acem - Associação Cultural e Esportiva Marialvense, é uma entidade de personalidade jurídica de direito privado não econômico, regularmente inscrita no CNPJ, com sede e foro na cidade de Marialva. Sua sede é na Rua Juvenal dos Santos, nº 153, Jardim Interclub, na cidade de Marialva.

Foi declarada de Utilidade Pública Municipal, através da Lei Municipal nº 1983/98, encontrando-se atualmente em seu pleno exercício.

É uma entidade sem fins lucrativos, e sua diretoria exerce a função sem qualquer remuneração e suas rendas são destinadas aos fins propostos em seus estatutos.

É presidida atualmente pelo Sr. Susumu Quizumi.

Foi fundada em 17 de novembro de 1957, tendo, portanto, o tempo necessário exigido pela lei que regula a decretação de Utilidade Pública no Estado do Paraná.

Seus objetivos são os de promover, coordenar e assessorar a manutenção das tradições culturais, esporti-

vas e costumes em nível Municipal, Estadual e Federal e manter na associação a Escola de Língua Estrangeira.

Prima pela realização de intercâmbios culturais, esportivos e agrícolas, a coordenação de eventos e a reciclagem de recursos humanos, sempre com ética e zelo pela sua instituição.

Por essas razões, pedimos apoio para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 206/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Amigos dos Idosos Viva a Vida na Terceira Idade, com sede e foro no município de Castro, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.04.06.
(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Amigos dos Idosos Viva a Vida na Terceira Idade é uma ONG de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 04/06/2004, e tem demonstrado, nesse período, o desenvolvimento de um trabalho sério, extremamente técnico e fundado no respeito à dignidade da pessoa humana, o que lhe confere a respeitabilidade e o reconhecimento da sociedade castrense como órgão de defesa de interesse público, especificamente o seu trabalho de defesa dos interesses e direito legais dos idosos.

É importante salientar que o desenvolvimento técnico e administrativo do trabalho da entidade é basicamente realizado por pessoas voluntárias e, apesar de todas as dificuldades encontradas, sente-se fortalecida, pois a cada dia recebe novas adesões.

De maneira direta, o público atendido já chega a duzentas pessoas envolvidas nas diversas atividades oferecidas, a saber: II Curso Espaço Integração para a Terceira Idade, com diversas oficinas de atividades físicas, recreativas, de lazer e terapêuticas, além de bailes, excursões e o Projeto SOS Idoso que possibilitou a criação do Conselho Municipal de Direitos dos Idosos.

“A construção de uma sociedade melhor, mais justa, mais fraterna e mais feliz, é responsabilidade de cada um de nós, e nós acreditamos que o futuro pode ser melhor e diferente. A consciência de nossa responsabilidade nessa transformação é que nos impulsiona e nos estimula a engajar nessa rede de solidariedade”.

Pequeno Expediente:

Homenagem ao Centenário do Dr. Mário Braga de Abreu

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Por solicitação da Exma. Sra. Cida Borghetti o Pequeno Expediente desta Sessão Ordinária será destinado à comemoração do centenário do Dr. Mário Braga de Abreu.

Antes de concedermos a palavra à nobre Deputada Cida Borghetti queremos agradecer a presença da Desembargadora, Regina Afonso Portes, do Deputado Federal Dilceu Sperafico, Deputado Federal Ricardo Barros, Dr. Renato Araújo Bonardi e dos familiares e amigos do Dr. Mário Braga de Abreu.

Com a palavra a Deputada Cida Borghetti.

Oradores:

Deputada Cida Borghetti (PPS)

A SRA. CIDA BORGHETTI

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Hermas Brandão; 1º Secretário da Assembléia, Deputado Neivo Beraldin; 2º Secretário da Assembléia, Deputado Nelson Garcia; Srs. Deputados, Sras. Deputadas: Sinto-me muito honrada em poder prestar esta homenagem ao Dr. Mário Braga de Abreu.

(Lê):

“Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, boa tarde a todos e em especial à família do Dr. Mário Braga de Abreu, cujo centenário de nascimento comemoramos. A cadeira 59 da Academia Paranaense de Medicina tem como patrono o médico Dr. Mário Braga de Abreu. Essa cadeira hoje é ocupada pelo seu genro, Dr. Renato Bonardi.

Em 1929, o Dr. Mário graduou-se em medicina pela Faculdade Nacional, no Rio de Janeiro. Em seguida retornou a Curitiba onde foi assistente do Serviço de Cirurgia da Santa Casa. Chefiou esse serviço de 1935 a 1981.

Os primeiros profissionais paranaenses especialistas em ortopedia e traumatologia foram formados pelo Dr. Mário Braga de Abreu que, em 1953, fundou a Sociedade Latino-Americana de Ortopedia e Traumatologia.

A lição ministrada pelo Dr. Mário ainda hoje é viva demonstração da pessoa especial que ele era - ele dizia aos discípulos: *‘Nós precisamos de cultura. Cultura firme e sólida, construída sobre bons alicerces, que faça sentir os fins, lembrando os meios e que dê ao Estado, para governá-lo, homens cultos nas suas funções e cônscios dos seus deveres.’*

Rui Barbosa escreveu: *Três amores deixou Deus aos homens: o amor à Pátria, o amor à liberdade e o amor à verdade.* O Dr. Mário Braga de Abreu tinha consciência da importância do homem bem formado para o desenvolvimento desta Nação e dessa forma conduziu sua cátedra.

É grande a honra que sentimos em estar hoje aqui prestando esta homenagem ao ilustre cidadão Dr. Mário Braga de Abreu, cuja existência foi tão expressiva para o Paraná. Vamos lembrar um pouco da vida desse homem.

Passados cem anos, ainda repercute na nossa sociedade. Em 25 de abril de 1906, nascia em Curitiba, Mário de Abreu, filho de Manuel Martins de Abreu, eminente imigrante português que muito colaborou para o desenvolvimento desta comunidade e de D. Maria Joana Braga de Abreu, de tradicional família lapeana. Desde cedo Mário de Abreu já demonstrou a sua determinação em relação a melhorar a sua educação.

Mudou-se para o Rio de Janeiro onde fez seu curso secundário no Colégio Militar. Em seguida ingressou na Faculdade Nacional de Medicina, graduando-se em 1929, com distinção. Em 1935, fez sua livre docência em clínica cirúrgica pela Faculdade de Medicina do Paraná e em 1936, por concurso público, tornou-se professor catedrático da primeira clínica cirúrgica, estabelecendo serviço modelar de cirurgia, caracterizado pela disciplina, a uniformidade de procedimentos, a dedicação ao doente e principalmente a segurança e a eficiência com que fazia exercer a arte cirúrgica.

Ainda em 1937, o que era pouco comum para um médico brasileiro, Mário de Abreu foi à Europa, estagiando em cirurgia nas cidades de Berlim, Heidelberg, Viena e Paris. Durante cinquenta anos foi orientador firme, cirurgião, professor dedicado e acima de tudo caridoso com os menos favorecidos. Auxiliava a todos os que dele precisassem como médico, amigo, conselheiro ou professor. Por orientação sua foi fundada, em 1938, a Associação dos Internos Estudantes de Medicina do Paraná, entidade que tinha por escopo reunir acadêmicos das três últimas séries do curso de medicina para a apresentação de casos clínicos e trabalhos científicos.

A instituição perdurou por longo período e hoje integra o departamento científico do Diretório Acadêmico Nilo Cairo. O seu interesse pela vida associativa ficou bem demonstrado quando assumiu, em 1939, a presidência da Associação Médica do Paraná. Inteligência privilegiada, não só foi um cirurgião capacitado, mas pessoa de cultura polimorfa e humanística.

Humanismo dedicado ao estudo e à compreensão do indivíduo como um todo, ele, como cirurgião, não o esqueceu quando afirmou: *'Pensar em progresso da cirurgia é pensar no homem, seu próprio objetivo, como personalidade humana, ser físico e ser psíquico, razão e sentimento, com aspirações que o ultrapassam. Muito acima do orgulho e da vaidade do cirurgião está o homem que ele respeita, prestigia e ama e que sabe que não é número, mas, sim, qualidade, é alma, é vida'*.

Em outubro de 1965, tornou-se membro da Academia Paranaense de Letras, como primeiro ocupante da cadeira número 35, que teve como patrono Nilo Cairo da Silva e como fundador José Pereira de Macedo.

Mário de Abreu ocupou por vezes a diretoria da então faculdade de Ciências Médicas da Universidade Católica do Paraná, da qual foi também um dos fundadores. Foi com sua vida dedicada à medicina e ao magistério que contribuiu para o engrandecimento do Estado, projetando-o no âmbito nacional e internacional.

Agraciado com a Cidadania Benemerita do Paraná, Medalha de Mérito São Lucas, Medalha da Paz Social (Sesc Curitiba), Medalha do Mérito Universitário, Doutor Honoris Causa da UFPR, membro emérito da Ortopedia do Paraná, entre outras honrarias. Inúmeras vezes foi homenageado pelos formandos de Medicina tanto da Universidade Federal como da PUC-PR. Em 1940, casou-se com D. Denise Lombardi de Abreu e tiveram quatro filhos: Maria Isabel, Maria Cecília, Mário e Maria Cristina. Teve nove netos. Mário de Abreu soube nos ensinar sempre que devemos nos afastar dos ardis e armadilhas deste mundo que elegeu o sucesso como regra de ouro da realização existencial.

Sua humildade e firmeza de caráter podem estar resumidas nas palavras do monge trapista Thomas Merton: *'A vida não deve ser considerada como um jogo no qual se contam os pontos e alguém ganha. Se você estiver preocupado demais em ganhar, não se divertirá jogando. Se estiver obcecado demais com o sucesso, irá esquecer de viver. Se você só aprendeu como ser um sucesso, provavelmente desperdiçou a vida.'*

Mário Braga de Abreu viveu intensamente!"

(Execução de música pela Banda da Polícia Militar)

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero parabenizar a Deputada Cida Borghetti e a esta Casa por estar concedendo essa homenagem a um ilustre paranaense, professor, cientista, médico profissional. E que nós, mais novos, só tivemos conhecimento da sua vida funcional através da imprensa paranaense, através dos seus feitos.

Esse médico, Dr. Mário Braga de Abreu, recebeu o título de Cidadão Benemerito do Paraná, conforme relatou a Deputada Cida Borghetti, em 1964. Portanto, bem antes de muitos Deputados terem nascido. Escreveu uma história bonita da medicina paranaense, por isso que precisamos sempre relembra as histórias dos ilustres paranaenses. E aqui presente tem a sequência desse maravilhoso trabalho, da família Braga de Abreu. Aqui está presente o Dr. Renato Bonardi, um dos mais requisitados médicos do Brasil em sua especialidade, que continua dando sequência ao trabalho maravilhoso que o Dr. Mário Braga de Abreu desenvolveu.

Dr. Renato Bonardi, professor da UFPR, especialista - e eu mesmo estive por três vezes, quando necessitei de intervenção cirúrgica, nas mãos do Dr. Renato Bonardi e, graças a Deus e a ele estou aqui. E por isso rendo as minhas homenagens ao Dr. Mário Braga de Abreu e também ao Dr. Renato Bonardi.

Parabéns à Deputada Cida Borghetti por essa riquíssima lembrança.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Não iria me pronunciar, mas aproveitando o Deputado Nereu Moura, quero cumprimentar a família do Dr. Mário Braga de Abreu.

Sou dos Deputados mais velhos nesta Casa, e por isso tive o privilégio de conhecer o Dr. Mário de Abreu. Trago em minha mão esquerda a lembrança da sua vida. A única cicatriz que tenho em meu corpo, foi o Dr. Mário de Abreu quem fez: uma incisão na minha mão, quando eu tinha quinze ou dezesseis anos, e era um calo de enxada.

Tive, também, o privilégio de freqüentar a sua casa, porque fui colega do Mariozinho, seu filho, morávamos na Vicente Machado. Lembro-me do caráter da família de um homem duro, sério, respeitadíssimo. Por isso me pronuncio, Deputada Cida Borghetti, Sr. Presidente Hermas Brandão, para dizer do privilégio que tive de conviver com essa família maravilhosa e poder dar testemunho de pessoas que tiveram o privilégio de conhecê-lo e com a sua família conviver.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Herms Brandão)

Neste momento convido a Deputada Cida Borghetti para que proceda à entrega da escultura “pinhão de ouro”, símbolo do Estado do Paraná, às filhas do nosso homenageado, Sras. Maria Isabel, Maria Cristina e Maria Cecília.

(Procede-se à entrega da homenagem)

Convido à Sra. Maria Isabel de Abreu Nery, filha do nosso homenageado, que falará em nome da família do Dr. Mário Braga de Abreu.

Sra. Maria Isabel de Abreu Mery

A SRA. MARIA ISABEL DE ABREU MERY

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, Deputado Herms Brandão; Exmo. Sr. Deputado Neivo Beraldin, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exma. Sra. Deputada Cida Borghetti, 2ª Secretária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; demais autoridades presentes; Deputados e Deputadas; minhas senhoras e meus senhores.

(Lê):

“Não é esta a primeira vez que nosso pai é homenageado nesta Casa.

De outra feita foi quando recebeu o título de Cidadão Benemérito do Paraná, no dia 2 de junho de 1966.

Naquela ocasião, foi o Sr. Deputado Anibal Khury o autor do projeto concessivo da honraria e foi o então Presidente da Mesa o Sr. Deputado Joaquim Néia, que usando a palavra disse: *‘quem tem, em suma, a estatura do Dr. Mário de Abreu, de porte que nada deve à ereta majestade de nosso pinheiro-símbolo, quem assim é, não pode ser alvo apenas das homenagens de rotina, das singelezas oratórias ou dos ardores tribunícios’*.

Disse também o Sr. Deputado Arnaldo Busato na mesma ocasião: *‘o Paraná, com justa razão, orgulha-se desse filho seu’ e mais ‘poucos como ele fizeram tanto por sua gente’*.

Hoje, quarenta anos depois, mais uma vez estamos aqui, desta feita para esta homenagem, quando faria cem anos.

Agradecemos à Deputada Cida Borghetti, que desde o ano passado, comunicou-nos sua intenção de promover esta homenagem, gesto que nos deixou de sobremodo sensibilizados, e que com suas palavras enobreceu mais ainda esta Sessão.”

(Execução de música pela Banda da Polícia Militar)

O SR. PRESIDENTE (Herms Brandão)

Agradecemos à presença de todos, especialmente da Ilma. Sra. Desembargadora Regina Afonso Portes, do Deputado Federal Dilceu Sperafico, Deputado Federal Ricardo Barros, Dr. Renato Araújo Bonardi, os familiares do Dr. Mário de Abreu.

É uma satisfação do Parlamento do Paraná prestar mais esta homenagem a esse ilustre paranaense que tanto honrou e dignificou este Estado.

Suspendemos a Sessão por cinco minutos para os cumprimentos.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Herms Brandão)

Conforme o roteiro estabelecido por esta Casa, hoje, no Grande Expediente estará presente falando da posição oficial da Central Única dos Trabalhadores, a CUT do Paraná, o seu Presidente Roni Anderson Barbosa.

De início, agradecemos a sua presença e por ter aceitado o convite desta Casa para colocar a posição oficial da Central Única dos Trabalhadores do Paraná - CUT, sobre o salário-mínimo regional.

Com a palavra o nosso convidado, o Sr. Roni Anderson Barbosa.

Antes, porém, Deputado Litro, Pela Ordem.

O SR. LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO (PSDB)

Sr. Presidente, quero que fique registrada nesta Casa a presença do Clube de Mães de Palotina, Pôr do Sol, em nome da Presidente, Rosimar Pacheco, com mais de 45 mães que estão nos visitando nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os nossos cumprimentos. E registrar, com muita satisfação, a presença do Clube de Mães de Palotina, a convite do Deputado Litro. As nossas boas-vindas!

(**Aplausos**)

Com a palavra o Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT, Roni Anderson Barbosa.

Sr. Roni Anderson Barbosa - Presidente da CUT

O SR. RONI ANDERSON BARBOSA

Muito obrigado, Sr. Presidente Hermas Brandão.

Quero, de imediato, agradecer o convite de V. Exa. para que a Central Única dos Trabalhadores pudesse expressar a opinião da nossa entidade sobre um projeto tão importante, para ser apreciado aqui nesta Assembléia Legislativa e, certamente, do interesse dos trabalhadores e trabalhadoras do nosso Estado.

Gostaria de dizer que o salário-mínimo para a Central Única dos Trabalhadores tem uma importância grande, tanto o nacional quanto o regional, aqui debatido, que a CUT vem fazendo seminários e debates desde o ano passado. O então Secretário do Trabalho, Padre Roque; o Delegado Regional do Trabalho, Geraldo Seratiuk; o Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos, o Dieese; representantes do Rio Grande do Sul, que já têm experiência em salário-mínimo regional, estiveram conosco o ano passado, fizemos excelentes debates sobre a implantação do mínimo regional. E concluímos que o Paraná tem condições, sim, de ter um salário-mínimo regional diferente do nacional, e que a nossa posição é que o salário-mínimo nacional é importante para unificar toda a economia brasileira e ter uma igualdade entre os trabalhadores. Mas, como a partir de 2001 ficou aberta a possibilidade para que os estados pudessem implementar salários-mínimos regionais maiores que o nacional, achamos que o Estado do Paraná pode e merece ter um salário-mínimo regional.

E por que nós achamos isto? Porque para a CUT o salário-mínimo é um dos instrumentos, se não hoje o melhor, é o único instrumento que o Brasil detém para distribuir renda. Por este aspecto que é importante este debate aqui, desde que o projeto veio para cá.

O Brasil tem um dos piores índices de distribuição de renda do mundo. De 2002 para 2004 houve uma certa melhora. A diferença entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres era de 48 vezes e caiu em 2004 para 43, mas

ainda é muito alto se você comparar a média mensal dos trabalhadores mais pobres que é de 76 reais por mês e a média dos mais ricos, 3.266 reais.

Então, a discrepância é grande e temos que fazer alguma coisa. Se olharmos os índices do Paraná, também os índices sociais são os piores do Sul do Brasil. Cabe a nós, sim, debatermos soluções e alternativas para melhorarmos a condição de vida principalmente dos trabalhadores e trabalhadoras que ganham menos neste Estado.

E uma das causas dos piores índices de desenvolvimento no Paraná, estar com o pior índice do Sul do país, é, justamente, os salários baixos. Então, é bastante pertinente este debate do salário-mínimo regional.

Temos, no Paraná, uma peia de cinco milhões e seiscentos mil. Cerca de quase três milhões de trabalhadores empregados. Desses três milhões, temos um milhão e novecentos mil na formalidade e cerca de um milhão na informalidade. Esta é a população dos trabalhadores paranaenses. E quais seriam os trabalhadores atingidos por esta proposta do salário mínimo? E aí que vem o aspecto de justiça social que nós consideramos bastante importante - são justamente os trabalhadores não organizados, aqueles que têm as piores condições de negociação com o seu patrão na sua atividade econômica, aqueles que não têm sindicato que os representem, ou seja, não estão organizados sindicalmente, como nós na CUT gostamos de dizer.

Além disto, tem uma gama expressiva de trabalhadores domésticos que também têm um índice de informalidade altíssimo. No Paraná chega a 75%, e devemos olhar por esses trabalhadores; e na CUT, isto para nós é um princípio. Não olhamos apenas os trabalhadores que têm carteira assinada ou os que estão organizados em sindicatos. Olhamos para a classe trabalhadora como um todo e a nossa preocupação é com todos os trabalhadores.

O salário mínimo regional, então, do Paraná, segundo dados do Dieese que nos assessorou nesses cálculos, poderá atingir 500 mil trabalhadores no Paraná, direta e indiretamente. Então, vejam que alcance social pode ter este instrumento - 500 mil trabalhadores. Isto é bastante significativo - são os trabalhadores que ganham até cerca de 1,5 salários-mínimos. Diretamente, teríamos 190 mil trabalhadores beneficiados pelo salário mínimo regional. Acho que só por isso valeria a pena a aprovação deste projeto.

E por que aprovar este projeto? Porque os impactos que ele traz à sociedade paranaense são bastante positivos. Primeiro o impacto econômico, o impacto direto na economia, considerando a diferença dos 350 para os 427, 437 que varia o mínimo regional. Daria uma injeção direta de 16 milhões de reais mensais na economia paranaense. E se considerarmos o impacto indireto, subiríamos para mais 27 milhões de reais, totalizando 43 milhões de impacto na economia. Pode parecer pouco, mas para os trabalhadores que estão percebendo um salário mínimo é bastante significativo, porque essas pessoas vão utilizar esse valor e essa diferença e vão aplicar dire-

tamente na sua cidade, no seu local de moradia, em necessidade básica. Isto gera um círculo virtuoso na economia paranaense e não pode ser desprezado, precisa ser considerado.

Além disto, temos também, e para a nossa visão o impacto mais importante desta questão é o impacto social, é o impacto de estarmos colocando na ordem do dia uma política pública para as pessoas que ganham salário baixos, salário mínimo, que estão à margem da representação sindical e com isto não têm condições de negociar, muitas vezes, os reajustes salariais com os patrões e esse impacto é imensurável - este impacto não se mensura em valores. Então, para nós, o aspecto mais importante, é o aspecto social da distribuição de renda. Como falei no início, é o aspecto mais importante que temos que considerar nesse projeto, porque com isto, trabalhadores do Paraná terão um salário melhor, melhores condições para sua família, e certamente terão mais condições de comprar alimentos e vestuário, como já foi dito.

O ouro impacto que achamos que também será afetado é a melhoria do índice de desenvolvimento humano do Paraná, que precisa ser melhorado. O Paraná é bastante desigual. Temos regiões mais ricas e regiões mais pobres e o salário mínimo regional atende a todos, indistintamente, ou seja as regiões mais ricas e as mais pobres serão atendidas. Então, este fator também precisa ser considerado e para nós é um fator importante para que coloquemos na discussão com a sociedade.

Vejo representantes empresariais de setores importantes da nossa economia contrários ao projeto e sinto essas posições muito ruins, porque não contribuem para o debate do desenvolvimento do Paraná. E essas pessoas que detêm o poder de setores importantes da economia, deste indústria, agricultura, comércio, deveriam pensar no desenvolvimento como um todo, e não apenas o seu interesse privado, o seu umbigo. Pedimos para o Dieese calcular qual é o custo que esses empresários vão ter com o salário mínimo regional. E para nossa surpresa, o custo é ínfimo, pequeno demais para os benefícios que traz. O custo do salário mínimo regional é 0,9% dos custos das pequenas e das médias empresas, para falar dos menores, que serão os mais afetados, 0,9%. Será que as medidas que o Governador Requião já tomou de isenções fiscais, ICMS, já não compensam esse 0,9%? Vamos dizer que não. Temos certeza que os empresários paranaenses têm condições de achar formas de gestão para superar, incorporar e absorver esse custo. O benefício social é muito maior do que este mero custo financeiro.

Outra questão que tem sido colocada como empecilho na aprovação do projeto, é a ameaça da informalidade, que o projeto tirará postos de trabalho - uma grande mentira, uma grande mentira! O projeto não tira postos de trabalho! Pelo contrário. Como já falei, os impactos positivos vão gerar empregos e dividendos à economia paranaense. Temos, sim, preocupação com a informalidade. Dos quase 3 milhões de trabalhadores paranaenses,

um milhão estão na informalidade e queremos, depois da aprovação do salário mínimo regional, trazer aqui para esta Casa proposta de debate para combatermos a informalidade no Paraná, junto com a Delegacia Regional do Trabalho, o Governo do Estado e vamos trabalhar este tema como ele merece, com tratamento adequado, para que possamos superar este cancro na economia brasileira e paranaense, que é a informalidade no mundo do trabalho! Esse, sim, tira impostos, porque empresários que deveriam pagar seus impostos e não pagam, não recolhem INSS e assim por diante. É uma cadeia de problemas que vem, depois, bater na sociedade porque essas pessoas vão ficar mais velhas, precisam se aposentar ou ficam doentes e o problema social se alastra. A informalidade precisa, sim, ser combatida e a CUT quer trazer uma proposta para discutirmos, envolver a Assembleia Legislativa, o Governo do Estado do Paraná, para pensarmos saídas à informalidade.

Temos que pensar também, Sr. Presidente, na questão da qualificação profissional. Achamos que, se mal usada, acaba jogando água no moinho da informalidade. Temos setores importantes no Paraná como vestuário, alimentação que têm índice de informalidade altíssimo e são setores muito beneficiados pela qualificação profissional, com recursos gordos e isso não é discutido! A CUT quer discutir!

Mas, isso não é o propósito e o objetivo da nossa conversa hoje. Estou aqui para que possamos discutir a implementação do salário mínimo regional que, por todos esses motivos, achamos, Sras. e Srs. Deputados, que esse projeto precisa ser aprovado no dia 03.

A imprensa me perguntava, agora há pouco, o que é que a CUT vai fazer (manifestações e mobilizações) para que este projeto seja aprovado. Vamos começar com o Congresso Estadual que acontece de 28 a 30 de abril, na Praia de Leste. Vamos reunir sindicatos filiados à CUT, trabalhadores da iniciativa privada, servidores públicos municipais, estaduais, trabalhadores da agricultura familiar. São diversos setores que estarão lá. Um dos temas que vamos apreciar é o salário mínimo regional, essa proposta de implementação no Paraná, achamos que além de estar colocado na pauta, tem que ser aprovado. O 10º Congresso Estadual da CUT vai deliberar, discutir e trabalhar, também, com armas de mobilização, entre as formas que estamos prevendo, vamos trabalhar atividades no 1º de maio, Dia Internacional do Trabalhador, principalmente em Curitiba mas também no litoral, onde será realizado nosso Congresso, teremos atividades, manifestações em que colocarmos para todos os trabalhadores, a importância do projeto.

Além disso, Srs. Deputados, vamos estar presentes aqui no dia 03 de maio, que é a data prevista para colocação desse projeto, com os trabalhadores, os principais interessados na aprovação do salário mínimo regional. Essa mobilização vai ser em conjunto com as demais centrais sindicais, todas juntas neste projeto, por entender que ele perpassa todas as centrais sindicais, é interesse

geral dos trabalhadores. Estaremos aqui para mostrar o interesse dos trabalhadores e observando voto a voto, como cada Deputado irá se manifestar nesse projeto que, para nós, tem uma importância enorme, principalmente pela possibilidade de discutirmos uma melhor distribuição de renda no Paraná. Essa distribuição de renda tem que melhorar, é o abismo entre os pobres e ricos que precisa diminuir. E cada instrumento que temos, precisa ser utilizado.

Na nossa visão o salário mínimo regional é um dos instrumentos para iniciarmos o debate no Paraná da igualdade de oportunidades, da igualdade de empregos, de renda entre trabalhadores e trabalhadoras. E o Paraná não pode ficar, entre os estados do Sul, como o pior Estado em distribuição de renda e os piores índices de desenvolvimento social.

Precisamos pensar, e essa é uma tarefa da sociedade civil, da Central Única dos Trabalhadores, dos Deputados, do Governo; essa é uma tarefa da sociedade. A sociedade paranaense precisa refletir sobre isso. O Estado do Paraná é um dos estados mais ricos deste país; se olharmos o PIB, a economia paranaense é muito forte, muito pujante. Não dá para admitir que um Estado que tem a economia forte e pujante como o Paraná, possa ter índices de desenvolvimento humano comparáveis ao da África. Mas, também não vamos nos arvorar e dizer que isso vai resolver o problema da distribuição de renda, da melhoria de renda do Brasil ou do Paraná. Não, muito pelo contrário. Sabemos que não adianta melhorar o salário mínimo se não falarmos em inclusão das pessoas que estão fora do mercado de trabalho e da possibilidade de ter algum tipo de ganho.

Então, os ganhos só virão para toda a sociedade se pensarmos políticas públicas de inclusão delas dentro desse chamado mercado de trabalho e aí, sim, dentro do mercado de trabalho, trabalharmos também a distribuição de renda e a melhoria das condições salariais. Então, para nós o Paraná tem que ser pensado como um todo. O desenvolvimento deste Estado tem que ser pensado nos seus setores, como tem aí os chamados arranjos produtivos locais, não gostamos muito desse termo, mas também precisa ser pensada a inclusão dessas pessoas que estão na marginalidade, que hoje não têm condições de ter um emprego, de estar no mercado de trabalho. Então, políticas públicas para incluir essas pessoas precisam ser pensadas, junto com as de melhoria do poder aquisitivo dos trabalhadores de menor condição aquisitiva.

Então, Sr. Presidente, gostaria de pedir a todos os Deputados e Deputadas, que no dia 03 de maio, aprovelem esse projeto para que possamos vir aqui, depois do aprovado trabalharmos juntos outras questões como a informalidade, desenvolvimento do Paraná, inclusão de pessoas que estão fora do mercado de trabalho. E juntos vamos trabalhar um desenvolvimento e mostrar que o Paraná pode ser um exemplo para o Brasil, de distribuição de renda, de igualdade, de oportunidade a todos.

Muito obrigado e boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Agradecemos a presença do Presidente da CUT, o Roni Anderson Barbosa, que aceitou prontamente o convite desta Casa para que viesse colocar a posição da Central Única dos Trabalhadores, em relação ao salário mínimo regional.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O Grande Expediente já foi ocupado.

Por dez minutos, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpellini.

Liderança do Bloco PP/PSB: Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Trago hoje um assunto ao Plenário da Assembléia, Deputado Luiz Carlos Martins, já muito conhecido pela população do Paraná. Quem anda pelas estradas, quem viaja pelo Estado conhece muito bem aquilo que vou falar aqui, hoje.

Deputado Dobrandino, o assunto é muito interessante e não é sobre o pedágio.

Tratando das rodovias, hoje vamos dar uma trégua no pedágio para fazermos uma denúncia de um assunto que é corriqueiro, mas como acontece fracionado nas rodovias e cada qual paga a sua parte, geralmente à vista, participando do crime com isso, poucas denúncias vemos.

Sexta-feira, 21 de abril de 2006, saio de Curitiba com a minha família para ir a Apucarana, com meus dois netos, minha nora e minha esposa. Um carro Honda Civic com o comprometimento de não passar de 115 quilômetros por hora. E meu neto de oito anos me fiscalizando: “Vô, não pode passar de 115”. Muito bem! Passamos Ponta Grossa, passamos o Embaú e lá na frente uma arapuca armada pela Polícia Rodoviária Estadual. O policial rodoviário na pista com aquela bisnaga na mão, aquele radar famoso e eu dentro do compromisso da viagem, mantendo a minha velocidade. E o policial me manda encostar, dá sinal, encosto e ele diz: “Os documentos”. Tirei os documentos do carro, a minha CNH e o passei para o policial. Ele olhou e disse: “Vamos chegar na viatura porque o senhor estava a 125/hora” Eu falei: “Estou estranhando que estivesse a 125/hora no seu radar, porque tenho um radar humano aqui dentro do carro que não me deixa correr mais do que 115/hora. É um compromisso com a viagem, que é o meu neto. Aí ele falou: “O meu radar é auferido pelo IPPEM, e, portanto, o que vale é o nosso radar”. Desci, fui até a viatura onde estava um outro policial com a tampa aberta atrás, encostado, de ré para uma estradinha secundária que sai da rodovia principal que é a Rodovia do Café, e ele entregou os meus

documentos para esse outro policial, e o policial então disse: “o senhor estava a 125/hora. Ele está dizendo. Não o radar que disse. Mas, discordo - não estava nessa velocidade. E disse ele - o senhor quer que lavre a multa? Lógico, se eu estava a 125 o senhor não só deve lavar a multa como tomar todas as providências necessárias que a lei realmente faculta. E aí fui homenageado com uma notificação. Demorou o policial para lavar o termo de notificação. Mas, enquanto isso, parou um outro carro, um Uno, ao sinal do mesmo policial que estava na rodovia. E ele se dirigiu àquela senhora do Uno, ficou conversando e eu estou vendo daqui aquela situação. Quando terminou de lavar a minha multa, ele passa para que eu assine, eu me neguei a assinar, ele destacou e eu me dirigi ao carro. E aquele policial que tinha feito a minha notificação estava conversando com a mulher do Uno. Quando estou atravessando a rodovia, o policial também atravessa e a mulher ficou lá sozinha, no carro. Fui lá e falei: “Dona, o que aconteceu com a senhora?” “Ele está dizendo que eu estava a 127 Km e eu não estava, meu carro é um carro cansadinho e nem pega esta velocidade”.

Muito bem. Eu falei: “Mas, é um absurdo, não é, minha senhora?” “É, fazer o quê...” Despedi-me dela e entre no carro, dei partida e saí. Andei uns trezentos metros e pelo retrovisor vi que o Uno deu um sinal no pisca alerta e atravessou a rodovia. Logo entendi que ele fosse encostar ao lado da viatura policial. E foi o que aconteceu. Parei o Honda e fiquei aguardando o Uno sair.

Minha notificação demorou quatorze minutos. A do Uno demorou menos de um minuto, porque o Uno entrou lá e saiu rápido, veio embora. Pegou a pista no sentido Londrina, no sentido Norte do Paraná. Virei o carro e voltei. “Quero ver a multa do Uno, agora!”

Cheguei para o policial e falei: “Quero ver a multa do Uno”. “Não, nós não temos obrigação de mostrar multa dos outros”. Eu falei: “Não, o senhor tem a obrigação de me falar sobre um ato público que o senhor participou ou deixou de praticar”. Ele falou: “Não, não vou mostrar”. Eu disse: “Olha, quero ver, sou Deputado Estadual, meu nome é José Domingos Scarpellini, está aqui meu cartão, quero fiscalizar o senhor, agora; o senhor me fiscalizou com seu radar, eu quero fiscalizar o senhor; quero ver a multa do Uno”. “Ah, eu não multei o Uno, só fiz uma advertência para estatística rodoviária”. Eu falei: “Mas o senhor não pode dar um tratamento diferenciado para dois casos relativamente iguais; e a equidade, que é o princípio maior do direito, onde o senhor está colocando?” “Não, eu não vou atender seu pedido, porque já temos mais um para multar, uma caminhonete que estava a 144 Km”. E o cara da caminhonete falou: “Eu também não estava a 144 Km”.

Enfim, falei com ele e ele não me deu explicações sobre o Uno. Disse: “O senhor me dá a placa do Uno, então, que está aí na planilha!” “Ah, eu não vou dar a placa do Uno para o senhor, porque estaria faltando com a ética”.

Muito bem, não me deu a placa, não falou sobre a multa, ficou por isso mesmo. Eu voltei para o Honda e falei: “Vou pegar este Uno na serra; daqui a Londrina, aqui a Apucarana, tem muito trecho e eu vou pegar este Uno. Falei para meu neto: “Agora não tem mais 115 Km, o vô vai pegar o Uno”. Eu fui. Começou a cair água, chuva, minha esposa me disse: “Olha, vai com calma, porque mulher, na chuva, diminui muito a velocidade”. Não deu outra. Logo, uns dez quilômetros à frente de Ortigueira, estava o “uninho” se arrastando.

Dei uma buzina, dei sinal para a mulher. Ela falou que na frente pararia. Entrou no Posto do Bairro dos Franças e eu entrei junto. Desci. Ela falou: “Eu sei o que o senhor quer saber; o senhor quer saber se eu fui multada; eu não fui multada”.

Chegou o frentista para abastecer e ela disse: “Coloque dez reais de gasolina”. Pensei comigo: “Dez reais” Dez reais. Ela falou: “O senhor sabe por que estou colocando dez reais? Porque eu tinha setenta e tive que dar cinquenta para o guarda; vou pôr dez reais, porque tem mais um pedágio para pagar, até chegar em Londrina ou em algum lugar em que eu possa usar cartão, porque aqui não tem cartão; mas, quero deixar um cartão meu com o senhor, sou dentista em Pinhais, estou indo visitar meu noivo, em Londrina, que é Delegado de Polícia; e eu quero responsabilizar esses policiais sobre este fato que está acontecendo”. Disse-me ela.

Aí ela me autorizou a pegar o número da placa e me deu um cartão e estou encaminhando, Deputado Rossoni, um pedido de providências ao Comando da Polícia Militar e à Polícia Rodoviária do Paraná, narrando estes fatos que aconteceram na sexta, dia 21, que é exatamente isto que estou dizendo, aqui, agora.

O Sr. Deputado Neivo Beraldin (PDT)

Deputado Scarpellini, uma pincelada: no dia 26 de dezembro, no Posto Porteira Grande, em Tibagi, foram lavradas setecentas multas. E a Comissão de Fiscalização da Casa já fez a solicitação ao DER para que nos explicasse, oficialmente, quanto foi arrecadado, tendo em vista que no Estado tem sessenta postos, que quando resolvem fazer uma arrecadação extraordinária entram em ação em 26 de dezembro, multa para todo mundo. Doze de janeiro, multa para todo mundo.

Então, vamos lhe passar cópia dos documentos e V. Exa. vai poder analisar junto conosco.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Vou encerrar. Quero agradecer aos Deputados Rusch, Barbosa Neto e Neivo Beraldin.

Hoje pela manhã, tentei falar com o Comandante da Polícia Rodoviária, em Ponta Grossa, para que tomasse algumas providências, sem minha denúncia, no nível que vou fazer. Ele não deu retorno, não atendeu minha ligação.

Diante deste quadro, não há outra coisa a fazer a não ser pedir a punição dos policiais por extorsão e por

abuso de autoridade. Há um requerimento nosso que está na Mesa, para ser votado, neste sentido.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

No horário destinado à Liderança do PPS, com a palavra o Deputado Marcos Isfer.

Liderança do PPS: Deputado Marcos Isfer

O SR. MARCOS ISFER

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Parece-me ser o momento de este Legislativo começar a tomar algumas ações em sentido de sua auto-valorização.

Nós, sistematicamente, como todo Legislativo, recebemos ataques pelas posições aditadas na Assembléia. Mas, quando esses ataques, essas posições começam a vir dirigidas pelo Chefe de outro Poder, elas começam a afetar o trabalho de uma instituição que merece o respeito de toda população paranaense, que é a Assembléia Legislativa.

Ainda na semana passada, tivemos o desprazer de tomar conhecimento, através da imprensa, do pronunciamento que o Sr. Governador fez em relação a esta Assembléia. Desrespeitoso, quando faz uma paródia com o nome de um Deputado, o que não é admissível. Não é admissível que se faça brincadeira com o nome de nenhum Deputado. Acho que é momento de este Legislativo começar a pensar seriamente nisso.

Desrespeitoso quando diz que esta Assembléia só tem pessoas interessadas em prejudicar o Estado do Paraná. Desrespeitoso quando diz que Deputados que votaram SIM, votaram movidos por outros interesses, que não o bem da população do Paraná. Mas, mais desrespeitoso ainda, com aqueles que estiveram ausentes deste plenário.

Senhores, eu não sei quem lhes orientou para saírem do plenário. Mas, não há de ter sido o Chefe do Poder Executivo, o Governador, porque ele os chamou de “covardes”. ele disse que aqueles que aqui não ficaram para colocar sua posição, eram covardes. E eu não posso admitir isso.

É um dos preceitos dos Srs. Deputados votarem a favor, votarem contra ou se absterem. Quando não há o respeito pelas decisões tomadas nesta Casa, há a resposta que tomou o Governador, uma grande vaia, porque 84% da população do Paraná quer o fim do nepotismo.

Agora, quem é ele para julgar o comportamento dos Deputados nesta Casa? Estamos machucados porque perdemos a votação, mas quem é ele para julgar aqueles que se ausentaram, quem é ele para julgar aqueles que votaram SIM ou NÃO? E o que é pior senhores, aqueles que tanto bradaram aqui, que iriam votar numa outra emenda contra o nepotismo, são os primeiros a trazer um parecer do Supremo dizendo que não pode mais votar nesta legislatura. Deputado Tadeu, não queriam votar, não eram contra o nepotismo; querem continuar vendo

essa montoeira de parentes ocupando cargos públicos; querem continuar vendo o que se passa em Prefeitura do interior aonde a população está indignada, muitas vezes são 120 cargos em comissão, e dos 120 a maioria ocupados por parentes.

O Sr. André Vargas (PT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Marcos Isfer, de fato, naquilo que o episódio já pôde propiciar faltava só uma coisa: o Governador atacar os Deputados que eventualmente não estiveram no plenário. Ou o Governador sendo vaiado lá por 1800, 2000 pessoas, tendo atacado o projeto de lei Veneri, tendo recebido a réplica, até alguns falaram que foi o Deputado Tadeu Veneri que organizou a manifestação. Deputado Tadeu Veneri, está muito forte, 1800, 2000 pessoas foram lá ver o Chávez, cada um com a sua visão, com a sua compreensão, foram lá, e o Governador ao ver uma faixa discreta fez esse tipo de ataque aos Deputados. Realmente é lamentável, ele é um ingrato ao se comportar dessa forma.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Eu diria não só ingrato; ele, antes de tudo, não é um homem republicano, não é um democrata, porque falta o respeito com outro Poder, um Poder soberano que é esta Assembléia. E está na hora, Srs. Deputados, de começarmos a tomar atitudes, de dizermos ao que viemos ao povo do Paraná; ou iremos nos curvar de uma forma tal, que já dizia a minha santa avó: “quem muito se curva mostra o que não deve”.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputados Marcos Isfer, acho que o senhor apontou bem; temos sido por diversas vezes atacados. Acho que não é o papel da Assembléia responder a cada passo, àquele que está temporariamente, como nós, no Palácio Iguaçu.

Agora, pessoalmente, só gostaria de esclarecer a esses companheiros, companheiras de plenário; no dia que aconteceu esse triste episódio, triste porque acho que a população paranaense não merecia isso, não estava dentro do Teatro Guaíra, obviamente se estivesse, e fosse feita a vaia, estaria vaiando também, não tenho a menor dúvida, porque tenho posição. Mas, acho que pior do que a vaia talvez tivesse respondido ao Governador. Agora, acho que o Governador fala algumas coisas que me fazem, sinceramente, duvidar que esteja no seu juízo perfeito; o Governador gosta muitas vezes de dizer que é louco mas não é ladrão, eu não sei, se ele está falando não deve ser. Mas, acho que temos que começar a tomar alguns cuidados. O Deputado Anibelli está dizendo que não foi o Governador que falou isso e, sim, ele que disse. Agora, penso também, Deputado Marcos Isfer, que essa

situação que vivemos aqui agora, é um dilema, porque como o senhor disse, diversos Deputados se ausentaram ou votaram contra a emenda dizendo que queriam votar numa coisa perfeita. Pois vamos votar numa mais perfeita. E arranjam agora senhores, uma forma de fazer votar. Porque o nepotismo no Paraná vai acabar. Seja agora ou daqui a um ano. Mas, essa “mamata” de botar irmão, tia, tio, mãe para viver às custas do Poder Público, porque certamente na iniciativa privada não passam de um salário de setecentos reais, ou ficar numa salinha atendendo divã, isso vai acabar. Para tristeza de uns e felicidade de 84% dos paranaenses.

Muito obrigado!

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Assisti à RPC às dezenove horas, que colocou partes do pronunciamento do Governador. Ele não apenas xingou os Deputados que saíram, mas xingou esta Casa.

Pedi para revermos essa gravação. Amanhã vou pedir autorização para o Presidente desta Casa para mostrarmos o que ele disse. E acredito que alguma medida esta Casa tem que tomar.

É um direito o Governador se posicionar favorável ou contrário ao projeto do Deputado Tadeu Veneri. O que não pode, é o Governador querer atacar o Poder Legislativo deste Estado, e esta Casa tem que se levantar.

Estou buscando as gravações, vamos analisá-las e depois pedir medidas. Esta Casa é um Poder e temos que nos comportar como tal.

Quanto à questão do nepotismo, sabemos que está correndo o prazo para apresentação de emenda. Estamos apresentando uma emenda substitutiva, mas sabemos que não há o desejo de ser votado. O próprio Governador hoje na reunião “mãos limpas” disse que não é permitido votar o mesmo assunto no mesmo ano legislativo. Quando subi nesta tribuna e alertei aos Deputados de Oposição, e fui voto vencido, que não deveríamos votar e, sim, esvaziar o plenário, deixar aquela PEC na pauta, para estarmos hoje novamente com a possibilidade de votarmos. Esse artifício de que não se pode votar o mesmo assunto no mesmo ano legislativo, sabíamos que iria acontecer.

Estava falando com a imprensa agora há pouco e, dois minutos aqui já chegou uma decisão, acharam uma senhora chamada Jandira dando o sinal que não vamos votar PEC nenhuma mais este ano, mas só no ano que vem.

Muito obrigado!

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Ou esta Casa diz porque veio ou teremos uma sucessão de atos atingindo os Deputados. Ontem foi o Deputado José Maria Ferreira, o Deputado Elton Welter. Agora foram os oito Deputados, quatro do PT e quatro do PSDB e mais os do PP que se ausentaram da votação. Amanhã poderão ser outros.

Ou esta Casa se impõe como Poder ou iremos nos curvar e mostrar ao povo do Paraná que não precisamos e não merecemos estar aqui.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Consulto a Liderança do PDT.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Pela Ordem)

Gostaria de registrar a presença do Vereador de Cascavel, Otto Reis Filho, que prestigia esta sessão junto com seus amigos. Sejam bem-vindos e obrigado pela presença.

Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Apenas para lembrar, Deputado Tadeu Veneri (até estava conversando, esses dias, com o Deputado André Vargas), logo no início do Governo Roberto Requião (não sei se foi no dia da posse, não me recordo bem), daquela tribuna, o Governador Roberto Requião, no seu discurso, citava, perante todos os Deputados presentes, que V. Exa. era um Deputado exemplar. Colocou o Tadeu Veneri como o exemplo que, aqui, estava chegando. Lembra?

Causou até uma certa ciúmeira, não é Deputado Tadeu Veneri?

Passa-se o tempo, e este mesmo Deputado se transforma no Deputado...nem quero repetir. É bom lembrarmos disso.

Deputado Valdir Rossoni, ocupamos a tribuna, naquele dia, e chamamos a atenção da galeria, de todos os presentes, para que não estranhassem se deixássemos o plenário, pois era uma forma de proteger aquele projeto, mas até um determinado ponto, depois, acreditávamos que tínhamos votos para vencer, e não tivemos.

É claro que todos sabiam; o Palácio Iguaçu sabe e sabia que a mesma matéria não pode ser votada no mesmo ano. O Deputado José Maria Ferreira sabe disso. Todos nós sabemos disso. Não aprovamos o projeto do Deputado Tadeu Veneri e, pela lei, só podemos votar um projeto idêntico no próximo ano. Isso todos sabiam. É isso que desgasta a classe política e nós alertamos do que poderia acontecer. Nós alertamos.

Agora, com quem fica a “batata quente”?

Essa é a questão.

Gostaria, nesta tarde, de chamar a atenção e pedir uma ajudar aos Deputados desta Casa, que representam as regiões que têm a cana-de-açúcar, a cana que produz o álcool combustível. Aqui há vários Deputados que representam regiões que produzem a cana de álcool combustível, que ajudar a andar este país.

Gostaria de levantar uma bandeira na sociedade, de compensação aos municípios. Senão, vejamos: Itaipu produz energia elétrica e tem royalties para os municípios da região; temos aqui, também, no Paraná, o ICMS ecológico, um projeto de autoria do Deputado Neivo Beraldin que virou lei. Dou um exemplo: em Piraquara estão as nascentes que abastecem Curitiba e região metropolitana. E conseqüência, Piraquara não pode ter determinadas indústrias; então, Piraquara é compensada por isso. Certo?

Vamos dar um exemplo do petróleo: Campos, no Rio de Janeiro. Campos tem o petróleo em alto mar, pertence a Campos, assim, tem uma compensação pelo petróleo que produz. E os municípios que produzem a cana? O álcool combustível?

Esses municípios não têm compensação nenhuma. Pelo contrário, como disse o Deputado Ratinho Júnior, em uma conversa que tivemos: “Deputado, pelo contrário, os municípios estão empobrecendo cada vez mais!” E é verdade.

Nada contra os usineiros. Nada contra, mas tudo a favor dos municípios que estão ficando, Deputado Anibelli, cada vez mais pobres. É cana para lá, cana para cá, é uma loucura. É só ir até essas regiões para ver a pobreza desses municípios. É possível fazer alguma coisa? É possível uma compensação por parte da Petrobras, que pega esse álcool e distribui sei lá como?

Estou convidando os Deputados, Luis Nishimori, que também faz parte de uma área que planta; o Deputado Ratinho Júnior, Deputado Accorsi, Deputado Nelson Garcia, Deputado Miltinho Pupio, lembrando esses Deputados que pertencem a essas regiões, Deputado Rossoni, Deputado Traiano, que produzem, que plantam cana.

Sabem quanto está dando, líquido, um alqueire de cana de álcool por ano? R\$ 1.500,00. Então, o agricultor que tem cem alqueires e planta ele vai ter, no ano, R\$ 150.000,00 líquidos. E os municípios cada vez mais pobres.

Um aparte ao Deputado Antonio Anibelli.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Deputado Luiz Carlos, louvo a sua pregação, mas convivo com a região Noroeste do Paraná e hoje o plantador de soja, o pecuarista, o plantador de milho foram para o buraco; a soja está R\$ 23,00, o milho R\$ 10,00, o boi R\$ 48,00, R\$ 47,00, R\$ 45,00 quando já esteve a R\$ 60,00. O melhor negócio, hoje, para o proprietário, é a cana-de-açúcar, porque eles estão pagando aos arrendatários cinquenta toneladas por alqueires/ano e isto vai dar esse volume que V. Exa. falou.

É o que está dando mais para o agricultor paranaense. Feliz é o norte do Paraná que tem a terra fértil e o clima, porque no nosso Sul não dá.

Quero ir mais longe um pouco. Apresentei um projeto há muitos anos atrás, que era proibido o corte de cana pelo nosso bóia-fria. Quase apanhei. Iríamos, atra-

vés de proibir o corte, porque se queima a cana e depois o bóias-fria. Tem uma porção de coisa errada, mas eles estão ganhando o maior salário que pode. Têm carteira registrada, recebem os doze meses do ano, o décimo-terceiro salário.

Se só alargássemos as nossas fronteiras de cana-de-açúcar, e não tivesse a mão-de-obra, como o Estado de São Paulo, que já entrou o maquinário. Porque existe uma legislação lá, que o maquinário vai tirar a mão-de-obra. Aí, a coisa vai ficar perigosa.

O dinheiro da cana é investido no próprio município e gasto no próprio comércio. Hoje, o feijão está barato, a carne de boi está barata, a carne de frango está de graça, o povo está comendo. Não estou fazendo a política do PT.

E quero contar mais a V. Exa. e a esta Casa: na campanha anterior fui a São Carlos do Ivaí, município onde tenho propriedade, e fiz pedido de voto para o Lula e para o Requião. E veja V. Exa. que levamos uma surra num dos municípios onde existem mais bóias-frias e uma pobreza muito grande. O Serra ganhou eleição extraviada. Não queriam o Lula, eles queriam continuar cortando cana e tendo o seu sustento. E estão sendo implantadas no Paraná, nove novas indústrias para que os municípios fiquem mais ricos e a população tenha a mão-de-obra.

Então, veja V. Exa. como o seu pensamento é de um lado. Não discordo do benefício ao município, mas vejo o valor que está agregando ao município a mão-de-obra, o ISS e a valorização das terras nesses municípios, que hoje é a melhor cultura para o nosso Estado.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Em cima do que disse o Deputado Anibelli, para encerrar, tem mais, Deputado Anibelli. O cortador de cana, hoje, o trabalhador-rural, está cortando a cana e pedindo pelo amor de Deus, para que não venham as máquinas.

O que queremos é uma compensação a mais, para que os municípios possam investir em outras áreas, na geração de outro tipo de emprego. Porque V. Exa. sabe que, cedo ou tarde essas máquinas vão chegar e não tenham dúvida disso. Essa é a nossa grande preocupação, que tem que ser discutida e levantada pela sociedade.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Permite-me um aparte?

(Assentimento)

Quem sabe seria a hora de pensarmos em um incentivo para o manufaturado, aquilo que é produzido com as mãos. Não há pequenas empresas de manufaturado, por causa dos encargos sociais.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Deputado Neivo, infelizmente estamos com o tempo encerrado. Trago essa discussão para uma grande reflexão desta Casa e de todos nós.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

PFL; PT; PSDB.

(**Declinam**)

PT. Concedo a palavra ao Deputado Natálio Stica.

Liderança do PT: Deputado Natálio Stica

O SR. NATÁLIO STICA

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes de falar sobre o assunto que me traz à tribuna, quero fazer um rápido comentário em cima desta nota que está sendo distribuída, sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal, falando da impossibilidade de reapresentação, na mesma Sessão Legislativa, que foi um assunto abordado pelo Deputado que me antecedeu, Valdir Rossoni.

Queria lembrar que neste mesmo parecer, traz na íntegra o artigo 126 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, que diz: “as matérias de projetos de leis rejeitadas ou não sancionadas, assim como a constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderão constituir objeto de novo projeto, na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador”.

Portanto, temos as duas, a proposta assinada por diversos Deputados, que dá esta condição e a proposta apresentada, inicialmente, pelo Governador, que deve ser objeto de análise; juntas, agora, com a comissão, muito bem colocada pelo Presidente Hermas, com prazo até amanhã para a indicação de nomes, para se discutir.

Aí está, e esta Casa, só se não quiser, politicamente, dará continuidade e fará uma proposta de verdade, em relação ao fim do nepotismo, que todos nós defendemos.

Concedo um aparte ao Deputado André Vargas.

O Sr. André Vargas (PT)

Deputado Natálio Stica, compreendo como V. Exa., que só se esta Casa não quiser não votará uma proposta de emenda na questão do nepotismo. Ocorre que é muito estranho, primeiro, que esse texto não esteja sendo distribuído por alguém, que não um funcionário da Liderança do Governo. O funcionário da Liderança, que é fotógrafo, distribuiu para o Deputado Vanhoni, para mim, agora, com a assessoria da liderança, para toda a imprensa.

A quem interessa essa pauta? Isso que nos deixa preocupados: o passo seguinte. Tenho a convicção que V. Exa., assim como todos nós, estamos querendo votar e terminar com o nepotismo. No entanto, o que leva a liderança a distribuir esse material que V. Exa. diz?

E além disso, se sabiam, trabalham com duas informações, sendo uma até o dia da votação e a derrota

do projeto do Deputado Tadeu Veneri e agora vêm com essa nova informação.

Então, seria importante essa reflexão. Sei que V. Exa. tem assuntos muito mais importantes para tratar e teremos tempo para esse assunto, que é velho, mas é importante.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Muito obrigado, Deputado André Vargas! E só para concluir esse assunto, falei com o Líder do Governo agora, há instantes, perguntando se tomou conhecimento e ele disse que não tem nenhuma decisão; e a decisão é fazer com que a matéria seja votada.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o que me traz a esta tribuna no dia de hoje, Sra. Presidente, é comemorar, junto com todo o Brasil, a anunciada auto-suficiência do petróleo na última sexta-feira, dia 21 de abril. A Petrobras, depois dos seus 53 anos de fundação - diga-se de passagem que nunca deixou faltar uma gota de petróleo no nosso país, mesmo durante as piores crises do petróleo no mundo. E neste momento, ao anunciar a plataforma que vai produzir mais 180 mil barris de petróleo por dia, chegamos à auto-suficiência.

O Brasil consome cerca de um milhão e oitocentos mil barris de petróleo por dia e a nossa produção agora passa da casa de um milhão e novecentos mil barris. Os investimentos, recorde ano-a-ano pelo Governo Federal e uma mudança de posição estratégica da Petrobras, fizeram da empresa a oitava mundial no setor petrolífero - a estratégia acertada levou a empresa também a obter o maior lucro da história de uma empresa do Brasil e da América Latina. Isso se deu pelos investimentos na empresa, que foram na ordem de 68 bilhões de reais entre 2003 e 2005. Só em 2005 foram investidos 27 bilhões de reais. Se, falarmos de uma decisão que gera milhares de empregos na indústria naval, graças ao projeto do Governo Federal que exigia a participação nacional mínima de 65% na construção das plataformas petrolíferas. Duas são as plataformas da Petrobras, a P51 e a P52, que estão sendo projetadas e construídas junto com essa nova exigência e a P51 está sendo totalmente construída no Brasil, inclusive o casco, obra inédita em estaleiros nacionais.

No atual momento mundial, onde o preço do barril do petróleo bate recordes sucessivos, a auto-suficiência levará o Brasil a uma posição ímpar no cenário global. Em 2000, por exemplo, o barril de petróleo estava na casa dos US\$ 28,00 e o litro de gasolina a R\$ 1,62. Hoje o barril do petróleo passou, e muito, da casa dos US\$ 70,00 e a gasolina na média de R\$ 2,28, R\$ 2,30. Se estivéssemos sob a política anterior, o preço da gasolina estaria disparado e hoje, com certeza, estaria acima da casa dos R\$ 3,50 - caso mantivesse a mesma proporção.

Então, isso mostra que a Petrobras, mesmo tendo que seguir uma orientação da Agência Nacional do Petróleo, em relação ao preço, dá a condição de o país ainda se manter em um preço abaixo dos patamares que poderia

estar. Mas, não estou nem discutindo a questão de preço, da auto-suficiência, que vai dar condição de diminuirmos a nossa defasagem em relação à balança comercial, pois ao importar petróleo a mais de setenta dólares - imagine se tivéssemos, Deputada Luciana, que importar cerca de um milhão e novecentos mil barris por dia qual seria o rombo deste país? E já não precisamos mais. Se ainda fazemos alguma importação, e o fazemos, é porque temos que importar o petróleo chamado leve, já que o petróleo brasileiro, na sua grande maioria, é o chamado petróleo pesado e as nossas refinarias ainda não estão capacitadas para fazer o seu refino.

Esse investimento na Refinaria de Araucária, já anunciado daqui desta tribuna, na ordem de um bilhão e trezentos milhões de dólares, com dezenove plantas, duas delas, inclusive, para fazer com que a nossa gasolina e o nosso diesel saiam de dois mil e de mil PPM's parte por milhão de enxofre, com apenas cinquenta parte por milhão de enxofre, acabando com a chuva ácida. E mais do que isso, o grande investimento é torná-la em uma refinaria que vai refinar o petróleo. Esse investimento vai permitir que a nossa refinaria possa então refinar o petróleo pesado do nosso país, Deputado Rossoni, não ficando mais aqui no Paraná precisando fazer a importação de petróleo leve. E com certeza outras refinarias terão esse investimento. É uma ousadia da equipe do Presidente Lula, e do Ministério das Minas e Energia, mas que se fazem necessários esses investimentos para que, de uma vez por todas, tiremos as amarras de termos que importar o petróleo que não mais baixará de preço.

O caminho agora é muito longo, é chegar a cem dólares o barril. E nós, com a auto-suficiência de verdade, vamos manter a nossa independência em relação ao mundo.

Agradeço, Sra. Presidente. Encerro dizendo: a Petrobras, que nunca deixou faltar uma gota de petróleo para o nosso país, neste momento traz, para orgulho do povo brasileiro, a auto-suficiência ao Brasil, que caminha com seriedade para a sua independência. Viva a Petrobras! Viva o povo brasileiro!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

PSDB. Com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano

O SR. ADEMAR TRAIANO

Srs. Deputados, Sras. Deputadas e Sra. Presidente.

Na mesma esteira do pronunciamento do Deputado Marcos Isfer, também quero fazer as minhas considerações com relação ao comportamento do nosso ilustre Governador do Estado do Paraná - Roberto Requião. Aliás, a postura do Governador não surpreende a ninguém neste Estado, muito menos a nós, Parlamentares, porque o seu comportamento tem sido de um homem, na

minha opinião, desequilibrado, destemperado, de uma irresponsabilidade tremenda com relação ao Paraná e, de forma especial, a este Parlamento.

Eu assisti, no Teatro Guaíra, a manifestação de vaia permanente que aconteceu em função das colocações feitas pelo Governador Roberto Requião. Deputado Valdir Rossoni, Deputado Barbosa, Srs. Deputados, que não têm lembrança do momento em que o Sr. Governador do Estado, daquela tribuna, no seu primeiro dia de Governo nesta Casa, deitou e rolou elogios ao Deputado Tadeu Veneri em função do episódio Copel? Quem não tem essa lembrança? Está muito viva na memória, não só dos Srs. Deputados, mas como também da sociedade paranaense, da imprensa que estava presente, registrando essa manifestação do Sr. Governador!

Naquele momento o Deputado Tadeu Veneri era tido como um grande herói do Estado do Paraná! E agora, para nossa surpresa, de herói passa a vilão, passa a ser malandro, passa a ser um homem que se coloca na contramão dos interesses do Estado do Paraná porque apresenta uma PEC que, com certeza hoje, além do sentimento de 84% da população paranaense, que advoga o fim do nepotismo neste Estado, ele se transforma num clamor nacional! É o Brasil inteiro que exige e cobra dos seus representantes políticos ações concretas, que realmente possam mostrar à sociedade que é chegado o momento de banirmos, definitivamente, essa questão do nepotismo no Estado do Paraná!

Por isso, não posso acreditar, Srs. Deputados, que o nosso Governador esteja vivendo um momento de lucidez! Não é possível um homem lúcido, um homem que tenta apregoar ao Paraná, aos quatro cantos - e os seus dignos representantes também apregoam isso ou vendem a idéia de grande estadista - um homem que pensa alto, que se diz culto e inteligente, perde a postura e a composição, a qualquer momento, usando palavras de baixo calão, falando na presença da grande mídia do Estado do Paraná, porque lá no Teatro Guaíra se encontrava um Presidente de um país!

É vergonhoso para nós, paranaenses, presenciarmos, Deputado André Vargas, o comportamento do nosso Governador! Tenho por dever e por obrigação, trago isso como bagagem e como grande legado de meu pai: respeitar as autoridades constituídas do Poder! Mas, não posso ficar calado diante de tamanha insensatez de um homem público que tem uma história bonita, sim, temos que admitir: foi Deputado, Prefeito de Curitiba, Governador, por duas vezes. Senador! Há que se louvar, sim! Aliás, diga-se de passagem, Deputado Dobrandino, fez parte dos treze pontos do nosso querido ex-Governador José Richa, eleito junto com V. Exa. e comigo, Prefeito de Curitiba quando nós, juntos, conseguimos retomar o direito livre e democrático de escolher os prefeitos dos municípios de área de segurança nacional - e Curitiba se enquadrava nisso, naquele momento.

Mas, não posso conceber tamanha insensatez do Governador Roberto Requião, atira contra aqueles que,

neste plenário, ao longo do tempo, advogam o seu nome, defendem a sua base! E atira de uma forma irresponsável, agressiva, usando palavras que quero crer que qualquer homem, por menos inteligente que seja, não as usaria. É vergonhoso para nós paranaenses, foi para o Brasil, esta manifestação, hoje, em todos os meios de comunicação, são e-mails chegando pela internet, vendendo esta imagem, vergonhosa, feia, que horroriza a todos nós! É incompreensível, Deputado Elio Rusch!

Mas, esse comportamento do Governador Roberto Requião tem sido praxe; por onde ande neste Estado ele semeia horror, ódio, raiva; é um disseminador da harmonia deste Estado, não há ninguém que consiga conviver com ele! Convivem até determinado tempo, depois ele passa a agredir as pessoas, esse é o seu comportamento! Quem não lembra do Governador, ali daquela tribuna, falando da UEG? Meu Deus do céu! Parecia, naquele momento, que essa usina era o calcanhar de Aquiles do Paraná. E agora já estão começando a advogar a compra da UEG. Ora, o que mudou neste Estado? Será que o discurso ético, moralizador, decente de um Governador que se diz honrado, que se diz ser o orgulho para todos os brasileiros, será que deixou de ser ético? Deixou de ser moral? Deixou de ser decente? Quero crer que sim, porque esta postura está mudando, não é apenas com relação à UEG. Há tantas outras coisas no seu comportamento.

Presenciamos agora, na questão do nepotismo. Ora, é um clamor nacional, todos querem acabar com o nepotismo. E o Governador Roberto Requião, tentando defender o insustentável, fez o possível e o impossível, usou de artimanhas, usou das prerrogativas do Regimento Interno desta Casa, fez com que os Srs. Deputados se distanciassem, esvasiassem o plenário até chegar o determinado momento de fazer com que a votação acontecesse e sofrêssemos uma derrota.

Mas, essa derrota não é do Parlamento Estadual, não, Srs. Deputados. Essa derrota é do Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, que coloca na sua testa mais um grande carimbo. O carimbo de sustentar o emprego dos seus parentes no Palácio Iguaçu. Isto não há nada que apague, porque vai carregar pelo resto da sua trajetória política.

Não condeno nenhum dos Srs. Deputados, porque quem tem voto neste plenário não chegou aqui de graça; quem chegou, chegou respaldado pelo voto popular.

Portanto, há que se respeitar o comportamento dos Srs. Deputados; votam de livre consciência, sem pressão. Quero me somar aos Srs. Deputados, mesmo aos ausentes do plenário; tenho que respeitar a sua posição porque eles saberão como enfrentar os seus eleitores. Mas, não posso concordar com este Governador, com o nosso Governador, que tem esse comportamento leviano e infelizmente tenho que dizer irresponsável. Já sabia, quando da campanha eleitoral, porque ele é inteligente, é sábio, é um grande jurista, que não podíamos acabar com o pedágio e preferiu o estelionato eleitoral, vendendo a idéia aos paranaenses de que iria acabar ou baixaria os preços das

tarifas de pedágio. Não o fez. Foi o grande estelionato eleitoral, mas um estelionato eleitoral que este nosso Governo colocou para os paranaenses.

Portanto, Srs. Deputados, quero mais uma vez manifestar a minha indignação ao nosso ilustre Governador. Ainda o respeito, porque está investido do poder, porque voto é uma coisa que tem ser respeitada, mas, de forma alguma respeitá-lo pelas suas posições irresponsáveis e inconseqüentes.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

PMDB. Sr. Deputado Antonio Anibelli.

Liderança do PMDB: Deputado Antonio Anibelli

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Hoje, venho a esta tribuna, depois de ouvir vários discursos de colegas Deputados falando sobre vários temas, e não poderíamos deixar, neste dia triste para nós, de dizer que estamos apresentando um voto de pesar pelo falecimento do nosso Padre Gustavo Henrique Pereira Filho. Ele era o nosso Capelão, nosso amigo, nosso intermediário entre a vida séria, o trabalho, as amizades e a doutrina da Lei de Deus. Um homem que nos seus quase 96 anos de vida, um gaúcho nascido em Santa Maria, que veio para o Paraná depois de ser formado médico, abandonar a vida de médico para se dedicar à causa de Deus.

Quero, em nome dos funcionários desta Casa, principalmente os mais humildes, dos Deputados, da Mesa Diretoria, dos jornalista, enfim, todos, do mais humilde ao Presidente desta Casa, que também após a sua assinatura ao nosso requerimento, dizer que não só esta Casa, porque ele era Capelão do Tribunal de Justiça, do Palácio Iguaçu e fazia da sua prática, da sua vida na Igreja do Rosário, das suas missas aos domingos, prestando não só o serviço a Deus da nossa Igreja, mas prestava o serviço aqui nesta Casa, no Tribunal de Justiça e no Palácio Iguaçu.

Foi também morador da Casa do Estudante, companheiro de José Richa, do nosso Vice-Governador Orlando Pessuti; fez o casamento do nosso Prefeito de Curitiba, Beto Richa; era um homem ligado à família Richa e ligado a nós. Eu tinha, no Padre Gustavo, uma das pessoas que eu me guiavam. Suas missas, ele que levava os nossos funcionários, nossa gente, pela sua maneira humilde, simples, com 95 anos, nós mandávamos buscar no seu apartamento para vir celebrar a nossa missa mensal, missa de Santo Antônio.

E hoje, nesta Casa, depois dos feriados, o Padre Gustavo nos pegou de surpresa. Estava internado no Hospital Cajuru. Durante o feriado, na última quarta-feira, quando esta Casa já tinha encerrado os trabalhos, por volta de quase meia-noite ele veio a falecer. Foi um guerreiro, um baluarte, um homem que nos ensinou muito. Creio que nos fará falta eternamente, mas os seus exem-

plos vingarão, as suas palavras, a sua amizade, deixou em todos nós a alegria de termos podido conviver com ele nas horas boas.

No seu aniversário, em 12/12 do anos passado, em que pela vez primeira, depois de tantos convites, consegui chegar em Curitiba num domingo para lá, ao lado dos seus amigos, comemoramos os 95 anos do Padre Gustavo.

Parecia até uma despedida. Não foi possível vir ao seu enterro porque fui saber quando ele já estava sendo velado, com missa de corpo presente. Mas, mandei uma coroa de flores em meu nome, em nome dos meus funcionários, dos meus amigos, para que essa coroa representasse a nossa amizade, a nossa sinceridade de tantos anos que convivemos juntos.

Hoje, durante as comemorações de Mário Braga de Abreu, eu citava um episódio da minha vida particular com Mário de Abreu. E parece que na vida, a gente que é mais velho, tem história para contar. E eu, uma vez encontrei com o Padre Gustavo, no Palácio Iguaçu e ele me perguntava: “Quando vocês farão a capela na Assembléia Legislativa, porque o Tribunal de Justiça tem, o Palácio Iguaçu tem, e a Assembléia não tem”. E eu disse a ele: “Padre Gustavo, o dia que eu for Presidente da Assembléia, o senhor pode ter certeza que faremos a capela”.

E esta minha palavra se configurou. No ano seguinte fui eleito Presidente desta Casa e um dos compromissos que tinha com minha consciência, com Deus e com o Padre Gustavo, era fazer a capela. Inauguramos nossa capela, pequenininha, aqui no corredor, onde hoje é nosso saguão de exposições, de palestras, de coquetéis, um corredor onde todo mundo passava para fazer a ligação entre os dois prédios, o Tancredo Neves e o Palácio 19 de Dezembro, porque ali era o caminho onde os funcionários passavam, os Deputados também, e como era mais próximo à nossa capela, todas as pessoas entravam para fazer sua oração. Depois, com o incêndio da Assembléia e a reforma do nosso prédio antigo, foi possível fazermos uma capela que representa a grandeza deste Parlamento, dos nossos funcionários, dos nossos Deputados; a grandeza no nosso Poder Legislativo é demonstrada com a nossa capela, um cartão de visitas, um ponto em que todas as horas ou que todos os dias em que por lá passarmos, fazemos nossa oração. Encontramos sempre alguém presente rezando, meditando ou fazendo o encontro da nossa consciência com Deus.

Por isso, Srs. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: ao comunicar este fato, ao apresentar este requerimento que não é meu - é de todos nós - convido os Srs. Deputados e os senhores funcionários para que amanhã, às 10h15 possamos, na missa de sétimo dia do Padre Gustavo, estar presentes, para levarmos nossas orações, nossa consciência e ver se com o exemplo dele e com a responsabilidade que temos, possamos, nas nossas orações, no nosso pensamento a Deus, elevar nosso trabalho, a responsabilidade que temos em representar o povo parana-

ense para melhorar nosso convívio, melhorar nossas leis e melhorar nosso conceito, que não é bom, com a população paranaense, para que ela tenha, dos Deputados que elegeu, orgulho.

E isso, tenho certeza, apesar das divergências, apesar dos pontos de vista diferentes, tenho certeza que esta Casa é muito grande, é um exemplo de trabalho, como foi o Padre Gustavo a todos nós. Que Deus o tenha; espero, amanhã, a maioria dos Srs. Deputados, todos aqui presentes; os funcionários, para que estejamos com nossa capela cheia, numa grande homenagem ao Padre Gustavo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

No Horário destinada à Liderança do Governo, com a palavra a Deputada Elza Correia.

Liderança do Governo: Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uso da palavra para dizer o seguinte: ouvi atentamente, hoje, as falas dos Deputados. E o Deputado Isfer colocou que não aceita as críticas que ouviu em relação às pessoas que votaram SIM no projeto contra o nepotismo. Críticas injustas e infundadas.

Mas, na mesma fala ele próprio tece críticas aos que votaram NÃO, dizendo que são a favor do nepotismo e que querem continuar defendendo o empreguismo de parentes.

Aí, esta Deputada, em nome dos outros Deputados que votaram NÃO, e daqueles que deixaram de votar, que se ausentaram do plenário, diz que também é uma crítica infundada. É preciso que se tenha coerência naquilo que falamos, e hoje, na minha avaliação não houve coerência por parte do Deputado, que confundiu as questões.

Queria dizer que não havia recebido, mas tomei conhecimento e li, um documento que foi distribuído, decisões do STF: “Impossibilidade de reapresentação na mesma Sessão Legislativa de matérias de igual teor”. Queria criticar a distribuição desse material, soube que partiu de um Deputado do PMDB, o que é pior ainda, muito pior, porque esse documento confunde, é inoportuno e gera discórdia e desentendimento entre os próprios Deputados.

Queria dizer que a Mesa desta Casa recebeu a PEC do Governador Roberto Requião, autorizou e pediu a publicação em avulso, disse que teríamos até amanhã para apresentarmos respostas; pediu a composição das comissões, e alguns Partidos já indicaram os seus representantes, como o PSDB indicou o companheiro Rossoni, o PDT o Luiz Carlos Martins.

Portanto, não estou entendendo aonde estão querendo chegar, posso até conjecturar, mas me arrepiou achar

que esta Casa, com diz o Deputado Isfer, tem que invocar para si o seu direito e interesse de votar essa PEC.

O nosso Regimento é muito claro, no artigo 126, que não há nenhuma dificuldade de votarmos essa PEC. Os que estão dizendo o contrário, estão confundindo e colocando os companheiros numa situação constrangedora. Conversei com o Deputado Dobrandino e ele disse que não sabia desse documento e que não autorizou, - porque me disseram que foi ele e o Alexandre. Alexandre não está aqui e depois vou falar com ele, porque acho muito ruim este comportamento de ficar distribuindo esse tipo de papel que vem na contramão daquilo que decidimos aqui nesta Casa.

O Sr. Nereu Moura (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputada Elza, queríamos, desde o início, fazer uma emenda constitucional que tivesse validade, e que pudesse atender aos anseios do povo do Paraná, que era vedar o nepotismo no nosso Estado. Tentamos anexar as emendas com requerimento, tentamos anexar, mas infelizmente, pela interpretação da Procuradoria Geral da Casa, era impossível, porque queríamos, exatamente, fazer a anexação para elaborarmos um substitutivo geral. Agora, tenho um estudo, Deputada Elza - esse assunto não está morto não -, de assessores jurídicos com decisão do Supremo Tribunal Federal que diz que: quando se rejeita o substitutivo não se rejeita a principal. Portanto, o que foi rejeitado foi o substitutivo e não a matéria principal que foi objeto dessa discussão.

E agora, o que iremos fazer é, tentar conversar novamente com o Deputado Hermas Brandão, que é o nosso Presidente, para anexarmos as três emendas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal, e aí nós podemos fazer um substitutivo que atenda aos interesses do povo do Paraná, nessa questão da ética na política, da nomeação correta para os cargos públicos, e não a locupletação do dinheiro público.

Então, quero dizer a V. Exa. que temos conversado com os Deputados do PMDB e estamos firmes no propósito de analisarmos esse tema nesta Casa.

Muito obrigado!

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Queria deixar claro que não há nenhuma orientação do Governador Roberto Requião para não votarmos essa PEC.

O Regimento Interno da Casa nos ampara. Existe toda essa questão colocada pelo Deputado Nereu Moura, que continua valendo a matéria inicial quando o substitutivo foi rejeitado. E existe uma decisão do STF que deixa isso muito claro.

Portanto, entendo, pelo andar da carruagem, que nada impossibilitará a esta Casa continuar com a discussão do nepotismo. E temos que fazer valer a vontade da Assembleia Legislativa.

Da minha parte, do PMDB, vamos fazer valer. Não abro mão disso. Porque se assim fosse teria votado tranquilamente, mesmo entendendo que tinha falhas e poderia ser melhorada, que a nossa proposta era melhor, teria votado no substitutivo do Deputado José Maria Ferreira.

Portanto, acho perigosa essa manobra e não vou me submeter a esse tipo de coisa.

Se a Assembleia Legislativa não votar a questão do nepotismo rapidamente irá ficar mal para esta Casa, para os Deputados e para a Mesa Diretiva. E aí, sim, esta Deputada não terá como defender que deixou de votar num substitutivo que poderia ser melhorado, porque já há na Casa uma proposta do Governador Roberto Requião.

Os partidos já estão apresentando emendas. E na fala final do Deputado Antonio Anibelli o conceito dos Deputados do Paraná não é muito bom. E vai ficar pior ainda se não votarmos essa PEC.

Concedo um aparte do Deputado Dobrandino da Silva.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Esse documento que está circulando aqui, uma cópia do parecer do STF, vi aqui no plenário, não tinha conhecimento. No último dia que conversei com o Governador ele pediu que votássemos o seu projeto que está na Assembleia Legislativa. Digo novamente: este ano tem eleição e aqui na Casa é diferente.

Muito obrigado!

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

O Governador me disse a mesma coisa.

Então, há interesse do Governador, do PMDB e vamos votar essa PEC. É isso que está valendo, caso contrário todos sairemos chamuscados, os que votaram SIM e os que votaram NÃO, porque a Assembleia Legislativa está dando uma condição, deixando claro que vai ser votado e, de repente, muda o rumo da prosa. Aí fica complicado para todos nós.

Muito obrigada!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (Pela Ordem)

Gostaria de registrar a presença do Prefeito de Francisco Beltrão, Vilmar Cordasso, que está assistindo à sessão desta tarde.

Seja bem-vindo e obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

A Mesa registra e dá as boas-vindas ao Prefeito de Francisco Beltrão.

Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Deputado Augustinho Zucchi, eu morro e não vejo tudo!

Que convicção, Deputada Elza! Com todo respeito que tenho a V. Exa. como Deputada, mas que convicção! A partir de hoje estão defendendo o fim do nepotismo!

Fui convencido pelas suas palavras que cometemos um erro, na última terça-feira, quando votamos favorável ao fim do nepotismo. O que é verdade é o que está sendo falado agora: não admitimos que esta Casa não vote a PEC do Governador.

“Inês já é morta”!

Todo mundo sabe, talvez só a Bancada do Governo do PMDB não sabe, de que não pode o mesmo... qual é o objetivo da PEC do Deputado Tadeu Veneri? Nepotismo. Qual é o objetivo da PEC do Governador? Nepotismo. É o mesmo assunto? É o mesmo assunto. Então, o choro é de quem foi para a base e viu a repercussão.

A grande verdade é que queremos votar e vemos os arrependidos querendo votar também. Isso é bom à população paranaense, que o arrependimento veio e, agora, com convicção. Talvez na primeira, mais convicto; na segunda, já dependendo da pressão do Palácio, das palavras do Secretário da Educação e da recepção que foi feita no Teatro Guaíra.

Na verdade, estamos em um momento, Deputada Elza, em que os políticos não têm credibilidade, porque brincamos de faz-de-conta. Fazemos de conta que votamos, que queremos votar, que somos éticos, que trabalhamos; e o povo faz de conta que acredita em nós! Essa é a grande razão da questão.

Ninguém ganhou com a não votação, com a derrubada da PEC. Ninguém ganhou. Tem quem mais perdeu. Agora, ninguém ganhou, porque macula a imagem desta Casa, Deputado André Vargas. Essa é a verdade. Agora, não adianta mais subir à tribuna como “Madalena arrependida” e vir pedir desculpas depois do erro, porque nós, nesta Casa, subimos à tribuna e fomos claros.

Subi aqui e disse às pessoas que estavam assistindo e levei uma vaia, porque tinham alguns DAS do Palácio que estavam para torcida. Eu disse: “olha, não podemos votar porque não temos número suficiente para aprovar essa PEC. Defendo a tese de esvaziarmos o plenário, deixava na pauta, hoje estaríamos novamente”.

Com esse arrependimento repentino que vejo chegar a esta Casa, hoje teria todo clima para ser votado, mas fui vencido e eu, como Líder, tenho que respeitar a vontade da maioria. O Deputado Luiz Carlos Martins e eu, alertamos para essa questão e sabíamos que os Deputados, ao irem para as suas bases, voltariam preocupados, porque eu também, Deputado Barbosa, não imaginava a repercussão.

Eu fui a Laranjeiras do Sul, no sábado, almoçar com uns amigos meus e tinha um senhor de 75 anos de idade, fiel eleitor do Governador Requião, e sempre foi meu eleitor nos últimos anos. Ele me disse: “eu era Requião, não sou mais, porque isso é que envergonha a população!” A atitude do Governador em pressionar os

Parlamentares, da forma como aconteceu nesta Casa, foi algo extraordinário.

Não adianta. Não há mais condições. Vamos defender. Se o Presidente Hermas Brandão quiser passar por cima do Regimento, da Constituição e colocar essa PEC, nós, da Oposição, estaremos aqui para votar; não arrependidos, mas convictos que estávamos com a razão.

O Sr. André Vargas (PT) (Aparte)

Deputado Rossoni, logo que acabou a votação, a imprensa procurou os Deputados, cada um com a sua posição; eu disse algo ao lado da Deputada Elza Correia e que ela não concordou. Naturalmente, porque tinha uma visão de boa fé com relação ao Governo de que de fato teria uma outra proposta de emenda constitucional a ser votada.

Eu disse o seguinte: tivemos a oportunidade de votar contra o nepotismo, que foi na PEC 40, que tramita há um ano. Tivemos uma oportunidade, e talvez ela não volte. E se ela não voltar, conheço a Deputada Elza Correia, conheço os meus companheiros de Partido, conheço os Deputados que eventualmente ouviram o Governo falar alto, contar uma versão e repetir, mas montando uma estratégia para inviabilizar a proposta no passo seguinte. Ou seja: a bola estava no pênalti. Era bater ou não bater.

Alguns escolheram dar mais um voto de confiança ao Governo, iludindo-se, Deputado Rossoni, porque veja: se não tivesse a PEC 40 tramitando aqui, não tivesse a decisão da CNJ - Conselho Nacional de Justiça, essa pauta presente, alguém se ilude que o Governador apresentaria um projeto para acabar com o nepotismo no Paraná? E a política é feita nos marcos da conjuntura com os atores, o homem e suas circunstâncias. O Requião é o Requião em suas circunstâncias. lamento informar.

O Governo ou o Governador tem um plano para resolver a questão do nepotismo. Lamentavelmente, não inclui a salvação dos Deputados que votaram contra ou que aqui não estiveram. Lamentavelmente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço o aparte de V. Exa.

Deputado Ademar Traiano, permita-me dar um aparte à Deputada Elza até por questão de respeito; ela pediu antes que V. Exa.

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Obrigada, companheiro Rossoni.

Primeiro, quero deixar claro, nem precisaria, mas acho bom deixar consignado na Casa que nem sou “Madalena”, nem sou “arrependida”. Sou dona dos meus atos. Sou dona das minhas atitudes e dona da minha consciência. Não estou fazendo “chororô” porque não é do meu feitio, nem “mumunha”, porque também não é do meu feitio.

Queria dizer que o que está acontecendo, se não votarmos, estamos ferindo frontalmente a todos, inclu-

sive ao Presidente da Mesa, que aceitou a PEC, que compôs, pediu que tivessem até hoje para apresentar emendas; que indicássemos os nomes dos que participariam da Comissão. Será que ele também faz parte desta trama para não votarmos? Ele, o Deputado Nereu Moura, o Deputado Cartário e todos os Deputados que participaram da Mesa Diretiva da Casa, também fazem parte desta situação engendrada para não votarmos a PEC?

Então, fico ouvindo essas coisas, com todo carinho e respeito que tenho por V. Exa. e estou quase fazendo uma defesa pessoal, porque a esta altura da minha vida e do campeonato, não existe questão de a Elza Correia ser “vaca de presépio”, nem do Partido, nem do Governador e nem de quem quer que seja. Votei com a minha consciência porque tinha certeza absoluta. Peguei o Regimento, li documentos, falei com a minha assessoria jurídica e eu mesma, nesta Casa, apresentei o mesmo projeto com 28 assinaturas, no mesmo ano e todos os companheiros votaram. Contra, mas votaram. Que era aquela questão da orientação sexual. Um mês depois. Valeu lá? Então, vale de acordo com os interesses? Se valeu lá e para outros Deputados também em igual situação, vai valer neste caso, porque agora me “cutucaram com a vara curta”. Vou até as últimas consequências.

Vou encerrar, quero pedir desculpas a V. Exa. que é sempre tão gentil comigo, porque fiz um aparte longo também. Mas, esta Deputada não faz de conta que é ética; não faz de conta que trabalha, porque trabalha; não faz de conta que está brincando de Deputada, porque é Deputada, com responsabilidade e compromisso.

Se houver qualquer tentativa de alterar o que estava definido e continuar valendo com o “andar da carruagem”, aqui na Assembléia, acho que vão começar a conhecer, realmente, quem é a Elza Correia.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Acho que já até conheço a Elza Correia, Deputada.

Quando falei de “Madalena arrependida”, foi porque muitos eu encontrei nos corredores. Se V. Exa. vestiu a carapuça, peço desculpas. A mesma convicção que V. Exa. teve na primeira, não teve na segunda. Sempre presto atenção em seus pronunciamentos, porque V. Exa. sempre me convence, mas nesse assunto, quero dizer que V. Exa. não está conseguindo me convencer. Peço desculpas a V. Exa. por discordar.

Desculpe-me, Deputado Traiano, porque os apartes foram longos.

Encerro o meu pronunciamento, Sr. Presidente, dizendo: “a Inês é morta”, não há como, mas todos sabíamos disso, o Botto de Lacerda sabia mais do que nós e se ele não avisou os companheiros, é porque ele os traiu.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (Pela Ordem)

Para a consciência da Casa, como um todo, faço a leitura do Ato da Comissão Executiva, do dia 07/03/06, nº 79/06: “A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regi-

mentais e considerando o disposto do Regimento Interno desta Casa de Leis, resolve comunicar aos presidentes das Comissões Permanentes e Especiais, da vedação do encaminhamento de pedidos de informações a secretários de Estado e outras autoridades formuladas pelas comissões, sem a devida aquiescência da Mesa Diretora. Hermas Brandão, Nereu Moura e Geraldo Cartário.”

Pois bem, Sr. Presidente, leio agora o Regimento Interno da Casa, das Comissões da Assembléia Legislativa são: 1º) comissões de caráter técnico e legislativo ou especializado e integrante da estrutura institucional da Casa, como participantes e agentes do processo tal. Vamos agora para as Comissões Temporárias, as criadas para apreciar determinado assunto, que extinguem no prazo, conforme o tempo que são aprovadas. Artigo 27: na constituição das Comissões assegura-se também, quanto possível, a representação proporcional dos partidos, dos blocos parlamentares que participem da Casa, na data da posse dos Srs. Deputados. Artigo 28: as Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência e as demais comissões, no que lhe for aplicável, cabe: 1º) discutir e votar as proposições que lhe forem distribuídas ou sujeitas à deliberação do Plenário; 2º) realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil; 3º) convocar secretários de Estado e outras autoridades, para prestar, pessoalmente, informações sobre o assunto, pertinentes, determinado ou conceder-lhe audiência, para expor o assunto em sua competência. Artigo 4º: encaminhar, através da Mesa, pedido de informação ao Secretário de Estado e outras autoridades. Artigo 5º: receber petições, reclamações e representações ou de quaisquer queixas de qualquer pessoa, atos ou omissões de autoridades ou entidades públicas.

Sr. Presidente, encaminho esta Questão de Ordem, porque sinceramente vejo que está sendo cerceado o direito das Comissões Internas da Casa no seu trabalho independente, e também porque já há algum tempo fizemos a defesa, em 21/02, junto a esta Casa, junto à Procuradoria para que se manifestasse sobre a ilegalidade do Ato nº 79, que impõe um ritmo que diminui as ações das Comissões Internas da Casa.

Tendo em vista que amanhã pela manhã, às nove horas, temos convocada aqui a Direção da Copel - que já havia confirmado por escrito, os Diretores que já haviam respondido a convocação por escrito - e tendo em vista que o Líder do Governo acaba, há poucos instantes, de dizer que eles não virão, porque o Presidente da Casa disse que eles não precisariam vir a essa audiência pública, que não seria nada mais, nada menos do que esclarecer o que é essa tal de usina de gás e saber qual a importância da El Paso, saber qual a importância da Copel nesse negócio, da Compagás, simplesmente esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Deputado Neivo, peço sua compreensão! Compreendendo sua ponderação, mas no andamento da Sessão, neste

momento, não foi infringido nenhum artigo. Compreendo o seu posicionamento e gostaria que V. Exa. fosse breve.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Mas temos ao nosso lado o Presidente da Casa ou o Líder do Governo para dizerem se eles virão ou não, amanhã?

O SR. HERMAS BRANDÃO (PSDB)

Só estava aguardando V. Exa. concluir sua Questão de Ordem.

O nobre Deputado questiona um Ato da Mesa Executiva. O Ato é legal, o Regimento e a Constituição nos permitem isso e não quero entrar na discussão desse assunto agora, mas estou à disposição para discutir aqui ou em qualquer lugar, na minha sala ou na sala do Deputado Neivo essa questão.

Segundo, porque fui procurado hoje pelo Deputado Dobrandino, que me participava que iria encaminhar um requerimento, que já está inclusive protocolado, que ao invés de a Diretoria da Copel vir se pronunciar na Comissão de Fiscalização, já se colocaria à disposição de todos os Parlamentares, no plenário. Acho que é muito mais abrangente.

Falei: se realmente é possível e a Diretoria da Copel está à disposição, sendo convidada ou convocada para comparecer amanhã, não vejo razão de convocarmos para duas Sessões, porque o Deputado Neivo, como Presidente da Comissão de Fiscalização, terá toda a oportunidade de questionar publicamente os Diretores da Copel.

E além disso, nobre Deputado, V. Exa. não fez reunião para convocar os diretores. O senhor pegou a assinatura dos Deputados.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Engana-se V. Exa.

O SR. HERMAS BRANDÃO (PSDB)

Consulto ao Deputado Francisco Bühner se houve a reunião.

O SR. FRANCISCO BÜHRER (PSDB)

Sim, teve a reunião.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

E agora pergunte ao Deputado Elton Welter se houve a reunião.

Houve a reunião, Deputado Elton Welter?

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT)

Houve.

O SR. HERMAS BRANDÃO (PSDB)

Então, V. Exa. tem razão. Fui informado que não houve a reunião.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Eu não faço as coisas erradas.

O SR. HERMAS BRANDÃO (PSDB)

Espero que o senhor realmente tenha tomado o caminho certo!

Então, não estou aqui como Líder do Governo, mas estou dando os devidos esclarecimentos a V. Exa. e aos demais Parlamentares. A Diretoria da Copel estará aqui à disposição de todos os Parlamentares, amanhã, para esclarecer as dúvidas que eu tenho também.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Mas, em quanto tempo?

O SR. HERMAS BRANDÃO (PSDB)

Quanto tempo for necessário, nobre Deputado.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Se for assim, ótimo. Porque na Comissão é bom, porque teremos três, quatro horas.

O SR. HERMAS BRANDÃO (PSDB)

V. Exa. terá quantas horas forem necessárias, aqui, para questionar os membros da Copel; não só V. Exa., não só os membros da Comissão de Finanças, de Fiscalização, todos os Parlamentares desta Casa, porque todos nós temos dúvidas. Inclusive, o Deputado Dobrandino me falava que ele também quer ter alguns esclarecimentos. Acho que é muito mais democrático.

V. Exa. é um Deputado democrata e saberá entender essa nossa posição.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

No entanto, Sr. Presidente, eu ainda, na condição de Presidente, estarei amanhã às 9 horas, no plenarinho, e convoco todos os membros da Comissão. E se os convocados não estiverem lá, serão declarados ausentes.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Sr. Presidente, na última Sessão, em que o Deputado Plauto Miró Guimarães questionou sobre esse projeto, antes de o Deputado Neivo fazer essa convocação, eu fui à tribuna e disse que os representantes viriam aqui, neste semana, na hora em que nós convocássemos, no plenário da Casa, para dar todas as explicações. E aí o Deputado se apressou e veio fazer a convocação aqui. Eu havia falado isso antes. O requerimento está protocolado na Mesa. Os representantes da Copel virão aqui na quarta-feira, com toda sua equipe, para explicar a todos os Deputados, o que é mais abrangente do que na Comissão de Fiscalização, porque acho que temos que fazer na forma correta. E o Deputado Neivo, que quer que a Copel venha na sua Comissão, poderá vir posteriormente. Agora, quarta-feira eles virão aqui no plenário da Casa, o que eu acho, democraticamente, que é muito

mais abrangente e muito mais esclarecedor do que na Comissão.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 44 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Deputado Luiz Carlos Martins, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando a si próprio como membro da Comissão Especial que vai analisar a Proposição de Emenda Constitucional nº 027/06, Mensagem Governamental nº 021/06. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Deputado Ademar Traiano, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando o Sr. Deputado Valdir Rossoni, representando o PSDB para compor a Comissão Especial para análise da Proposta de Emenda Constitucional nº 027/06, Mensagem Governamental nº 021/06, que visa acrescentar parágrafo ao artigo 027 da Constituição do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 896, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência em plenário do Deputado Reni Pereira, no dia 24 do corrente mês, para servir de testemunha em audiência na Primeira Vara Criminal da cidade de Foz do Iguaçu. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 897, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência em plenário nos dias 25 e 26 do corrente mês, pois estará presente na IX Marcha para Brasília em Defesa dos Municípios. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 361/05, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, incentivando o desenvolvimento do Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) no Estado do Paraná e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAICTM. COM EMENDA DA CCJ.**

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

Está em votação a emenda.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão,

Aprovada.

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 092/05, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 007/05, alterando dispositivos da Lei nº 12.020 de 09 de janeiro de 1998. (Fundo Paraná, Iapar, Tecpar, Seti, Fundação Araucária). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 092/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As alíneas “a” e “b”, do inciso I, do artigo 3º, da Lei nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

“a) 1% (um por cento) no mínimo, em conta vinculada ao Fundo Paraná”;

“b) 1% (um por cento) para financiar pesquisas nas Instituições de Pesquisas do Estado do Paraná, Iapar, Universidades Estaduais e Tecpar, devendo o percentual de cada uma das entidades ser definido pelo CCT Paraná e aprovadas pelo Governo do Estado”.

Art. 2º O artigo 6º, da Lei nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior será o Órgão Gestor do Fundo Paraná.”

Art. 3º Ficam convalidados os atos praticados, no período de transição, pela Secretaria de Estado da Ciên-

cia, Tecnologia e Ensino Superior, cuja competência para gerir o Fundo Paraná foi atribuída pelo Decreto Estadual nº 1.952, de 24 de outubro de 2003, incluindo-se todos os atos relacionados à gestão do Fundo Paraná, tais como Convênios e Termos de Cooperação e os atos administrativos internos.

Art. 4º A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior criará uma unidade administrativa para gerir o Fundo Paraná, cuja organização funcionamento e competência serão definidos por ato próprio do Chefe do Poder Executivo do Estado.

Art. 5º A unidade administrativa criada para gerir o Fundo Paraná será responsável pelas unidades técnicas e administrativas visando à operacionalidade e gestão do Fundo Paraná, e as ações serão exercidas por cargos de carreiras de provimento efetivo do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE ou em comissão.

Art. 6º Ficam criados, no âmbito da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Seti, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - 01 (um) cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-3;

II - 02 (dois) cargos de Gerente, símbolo DAS-5; e

III - 01 (um) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-5.

Art. 7º A unidade administrativa criada para gerir o Fundo Paraná poderá utilizar até 3% (três por cento) do montante dos recursos recolhidos à conta do Fundo Paraná para execução, manutenção dos serviços de gestão bem como para promover estudos e projetos vinculados ao programa de investimento do Fundo Paraná.

Art. 8º O inciso I, do artigo 5º, da Lei nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“I - a todas as atividades de auxílio e fomento que forem aprovadas pela Fundação Araucária, até o limite de 30% (trinta por cento) do Fundo Paraná.”

Art. 9º Os recursos aprovados pelo CCT Paraná destinados a suportar os custos com a administração, inclusive vencimentos de Diretores, respectivos Consultores, bem como salários de empregados, não poderão ultrapassar a 5% (cinco por cento) dos 30% (trinta por cento) previstos no inciso I do artigo 5º, da Lei nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998.

Art. 10. O Poder Executivo fica autorizado a proceder às alterações orçamentárias necessárias à implementação dos dispositivos desta lei.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 24.04.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 681/05, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, vedando ao Estado do Paraná conceder incentivos fiscais ou créditos de qualquer natureza para as empresas que por suas atividades causem danos à saúde e segurança dos trabalhadores. **Aprovado. (Publ. no DA nº 122/05, de 07/11/05).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 004/06, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, aprovando o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de março de 2006. Resolução nº 003/04. **Aprovado. (Publ. no DA nº 032/06, de 18/04/06, em 1ª Discussão).**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 129/04, de autoria do Deputado Hermas Brandão, concedendo o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 777/05, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, dispondo sobre os veículos apreendidos ou sinistrados que se encontram nos pátios do Detran, das Ciretrans, e postos da Polícia Rodoviária Estadual do Oeste do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 077/06, de autoria do Deputado Elio Rusch, dispondo sobre a obrigatoriedade da fixação de avisos, alertando as pessoas portadoras de marcapassos cardíacos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 306/04, de autoria do Deputado Rafael Greca, dispondo sobre a prioridade na tramitação dos processos e procedimentos administrativos de interesse de idosos e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHCD. **Aprovado. (Publ. no DA nº 070/04, de 16.08.04).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 306/04

P A R E C E R :

Do Relatório

O Projeto de Lei nº 306/04 de iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Estadual Rafael Greca de Macedo, dispõe sobre a prioridade na tramitação dos processos e procedimentos administrativos de interesses de idosos e dá outras providências.

Da Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o disposto no artigo 43 do Regimento Interno, apura-se que o referido projeto busca agilizar a tramitação dos processos administrativos a fim de garantir aos idosos o pleno exercício dos direitos inerentes à cidadania.

O Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 01.10.03, prevê algumas preferências, conforme depreende-se do artigo 3º parágrafo único, a saber:

“A garantia de prioridade compreende:

I - atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;

II - preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;

III - destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso;

IV - viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações;

V - priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência.;

VI - capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos;

VII - estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento;

VIII - garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais.”

A própria lei federal já tratou da matéria de forma coerente e sensata, destarte já não é sem tempo que o legislador estadual também venha a confirmar tal necessidade de tratamento diferenciado àquele que já atingiu idade igual ou superior a sessenta anos.

Ademais, se trata de iniciativa acolhida pela Constituição Estadual quanto à iniciativa, uma vez que não é matéria reservada à iniciativa privativa do Governador (artigo 66 da Constituição Estadual).

Nestes termos, não havendo óbices de natureza constitucional, regimental e de técnica legislativa, encontra-se o presente projeto de lei em condições de seguir a sua normal tramitação.

Da Conclusão

Diante do exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável ao presente Projeto de Lei nº 306/04, por não encontrar vício de competência quanto à iniciativa nem tampouco qualquer embaraço jurídico impeditivo.

Sala das Comissões, em 09.11.04.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA CIDADANIA E DA DEFESA DO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI Nº 306/04

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Rafael Greca de Macedo, dispõe sobre a prioridade na tramitação dos processos e procedimentos administrativos da interesse de idosos e dá outras providências.

O projeto em tela mereceu o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, portanto foi elaborado de acordo com as normas regimentais e de técnica legislativa, não havendo óbices de natureza constitucional e legal.

Quanto ao mérito, que cabe a esta comissão analisar, verificamos que o projeto de lei vem efetivar as normas do Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que prevê a prioridade na justiça aos idosos acima de sessenta anos.

Assim sendo o parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.05.

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 602/05, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, concedendo o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Dom Moacyr José Vitti. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA nº 104/05, de 28.09.05).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 602/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como escopo conceder título de Cidadão Honorário ao Sr. Dom Moacyr José Vitti.

Legitimidade

Dispõe a Lei nº 13.115 de 14.02.2001:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa que tenha pres-

tado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada. (...)

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

Acerca do entendimento do texto supra citado, ressalta-se a legitimidade exclusiva dos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa para apresentar projetos de lei concedendo título de Cidadão Honorário.

Quanto à elaboração e redação deste projeto, atentamos para o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 95/98:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Em sede de parecer, verifica-se necessidade de emenda supressiva para a correta aplicação da técnica legislativa, enquanto não obsta quanto à legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei nº 602/05.

Sala das Comissões, em 06.12.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 602/05

Atendendo ao disposto no artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei Ordinária nº 602/05, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 06.12.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

Apoiamento:

Hermes Fonseca.

Por se tratar de título, será feita a votação secreta
Solicito à 1ª Secretária, Deputada Luciana Rafagnin, que proceda à chamada nominal.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Luciana Rafagnin)
(Procede à chamada nominal dos Srs. Parlamentares)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Trinta e sete Srs. Deputados votaram.

Solicito aos Srs. Deputados Mauro Moraes, Vanderlei Iensen e Plauto Miró para fazerem o escrutínio dos votos.

Trinta e sete votos SIM.

Aprovado por unanimidade.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 603/05, de autoria do Deputado Rafael Greca, instituindo a Política Estadual do Livro. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 104/05, de 28/09/05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 603/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como objetivo instituir a Política Estadual do Livro, visando a difusão, edição, distribuição, comercialização, através de diretrizes que assegurem o acesso e uso do livro, bem como o hábito de leitura como forma de transformação e aperfeiçoamento social e melhoria de qualidade de vida dos cidadãos.

Legitimidade

A legitimidade para legislar quanto à presente matéria encontra-se definida na Constituição Federal, conforme segue:

Capítulo II

Da União

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e do Municípios:

(...)

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

(...)

Art. 24. Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

(grifo nosso)

Pode-se contatar que se trata de matéria e competência da Assembléia Legislativa, não havendo óbice quanto à legitimidade de iniciativa de seu proponente.

Mérito

A respeito da matéria, dispõe a Constituição Federal em seus artigos 205 e 206.

Capítulo III

Da Educação, da Cultura e do Desporto

Seção I

Da Educação

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nas seguintes princípios:

(...)

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

(...)

VII - garantia de padrão de qualidade.

No mérito, não há nenhum impedimento ao regular seguimento do projeto.

No que tange à elaboração e redação deste projeto atentamos para o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 95/1998:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Constitucionalidade

Para que haja aprovação do presente projeto verifica-se a necessidade de emenda supressiva para a correta aplicação da técnica legislativa. No que tange à legalidade e à constitucionalidade do Projeto de Lei nº 603/50, não há impedimento ao andamento do mesmo.

O parecer, portanto, é pela aprovação do projeto analisado, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 23.11.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 603/05

Atendendo ao disposto no artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, suprime-se parte do artigo 18 do Projeto de Lei nº 603/05, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

Art. 18. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.11.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PROJETO DE LEI Nº 603/05

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Rafael Greca, visa instituir a Política Estadual do Livro, traçando suas diretrizes. De acordo com o presente projeto, a referida política deve fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro; promover e incentivar o hábito da leitura; instalar e ampliar no Estado livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livros; assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura, entre outros.

A matéria já foi apreciada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável,

opinando pela regular tramitação do presente projeto de lei.

Quanto ao mérito, não há como deixar de reconhecer a importância da matéria tratada, considerando a importância do incentivo ao hábito da leitura, que pode significar uma grande melhoria de cultura, aprendizado, alfabetização, entre outros benefícios.

Isto posto, apresentamos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 603/05.

Sala das Comissões, em 07.12.05.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

ELZA CORREIA - Relatora

Discussão Única (Indicação)

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 008/06, de autoria do Deputado Ailton Araújo, sugerindo a implantação de Programa de Informática para Adolescentes na Rede Pública de Ensino no Estado do Paraná, e dá outras providências. **Aprovada. (Projeto publicado em 17/04/06).**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 870, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

Requerimento nº 869, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Srs. Deputados que aprovam queriam levantar-se.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Vai se proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados.

Solicito à 1º Secretária que a proceda.

A SRA. 1º SECRETÁRIA (**Luciana Rafagnin**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Trinta e dois Srs. Deputados presentes.

Solicito aos Srs. Deputados para que tomem seus lugares, para que se faça a verificação de votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Nós estamos aguardando, na quarta-feira - de acordo com o que o Líder do Governo deixou claro - a vinda dos representantes da Copel para esclarecer dúvidas que existem sobre a compra dessa usina.

Peço que se votarmos a urgência hoje, este projeto amanhã estará aqui no plenário. Então, primeiro vamos ouvir, discutir, do que “enfiamos goela abaixo” do povo paranaense, um projeto como este.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Deputado Plauto, nós nos responsabilizamos junto à Casa, que não votaremos antes de o representante da Copel vir para cá.

O requerimento não foi votado porque o Deputado Neivo pediu para discutir. Mas amanhã votaremos, aprovaremos o pedido. Quarta-feira o representante da Copel estará aqui. Após isto é que será votado.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Mas vem esta semana o projeto, para votação?

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

O representante da Copel virá quarta-feira desta semana. Na próxima é que o projeto será votado.

O SR. TADEU VENERI (PT) **(Pela Ordem)**

Nesta mesma linha, acho que o Deputado Plauto, e na sequência o Deputado Dobrandino, responderam que provavelmente na outra semana poderemos discutir, mas tenho uma preocupação e não sei se só os técnicos da Copel que virão aqui poderão dirimi-las. Então, gostaria que ficasse aqui, Sr. Presidente, uma solicitação ao Líder do Governo, que se somente os técnicos da Copel vindo aqui e aqueles diretores que estiverem inclusive, respondendo durante a CPI da Copel não puderem dirimir as dúvidas, que tenhamos condições de ouvir, também, por exemplo, se o Arbitral de Paris tem prazo para dar resultados e se de fato o que corre, hoje, que o Governo perderia 800 milhões de reais em Paris. É verdade ou não?

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Em votação o requerimento.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) **(Pela Ordem)**

Eu pedi Pela Ordem antes de V. Exa. colocar em votação. O que a Comissão de Fiscalização, alertada pelo Deputado Scarpellini, fez na semana passada: pediu uma audiência com representantes da El Paso, da Petrobras, da Copel, da Compagas, para dirirmos algumas dúvidas. Agora, essa reunião está sendo articulada para que não aconteça amanhã pela manhã. Daí ao mesmo tempo vem um regime de urgência para votar em cinco Sessões. Vamos ser um pouquinho mais sensatos Deputado Líder do Governo, vamos aguardar um pouco, vamos discutir com os Srs. Deputados, não precisamos pedir regime de

urgência agora sobre esse tema que está sob análise dos Srs. Deputados, que aliás, não estão podendo analisar dentro do seu tempo. Vamos esperar a reunião de amanhã pela manhã; os Deputados vão fazer inquirição para a El Paso, Petrobras, Compagas e Copel. E aí, feita essa reunião poderemos então, convencidos de que poderemos votar, vamos votar.

Esse meu encaminhamento é no sentido que não se peça esse regime de urgência agora, porque aí é colocar a carroça na frente dos bois.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Está em votação o requerimento. Deputados que aprovam queiram levantar-se. Deputados que rejeitem queiram levantar-se.

Dezesseis rejeitam. Está **rejeitado** o requerimento de regime de urgência.

Antes, ainda há tempo: conforme requerimento aprovado que requer a constituição de uma comissão especial formada por sete Deputados por um prazo de quarenta e cinco dias para levantar dados e informações acerca da grave situação em que se encontram as fazendas relacionadas.

Solicitamos aos senhores...

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Só um minuto. Eu gostaria que V. Exa. repetisse o resultado da votação do regime de urgência, que há dúvidas aqui no Plenário.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Quatorze aprovaram e dezesseis rejeitaram, Deputado Anibelli.

Solicitamos então aos Líderes do PT, PMDB, PFL, PDT, PP, para que indiquem um representante; e aos Líderes do PTB, PSB e PPS, que indiquem também.

Requerimento já adiado. Requer regime de urgência à Mensagem 032/06, Projeto de Lei 194/06, de autoria, autoria do Poder Executivo. Está em votação. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 881, de autoria dos Deputados Antonio Anibelli e Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 882 e 883, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 887, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 888, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 889, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 890, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 891, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 893 e 894, de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 895, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 898, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 899, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 900, 908, 909, 910 e 912, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 901, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 902 e 903, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 906, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 911, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 129/04, 777/05 e 077/06.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 361/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 306/04, 602 e 603/05.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 692/05 e 013/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

Saúde Pública

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de abril de dois mil e seis, reuniu-se na sala de reunião das Comissões a Comissão de Saúde Pública, presidida pelo Sr. Deputado Luiz Accorsi e contando com a presença dos seguintes Deputados: Reni Pereira, Neivo Beraldin, Padre Paulo Campos, Dobrandino da Silva e Elio Rusch. Havendo número legal o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, passando-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 681/95, de autoria do Deputado Ratinho Júnior. Com parecer do Deputado Elio Rusch. FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 509/05, de autoria do Deputado Delegado Bradock. Com parecer do Deputado Reni Pereira. FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 77/06, de autoria do Deputado Elio Rusch. Com parecer da Deputada Cida Borghetti. FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 018/06, de autoria do Deputado Rafael Greca. Com parecer do Deputado Padre Paulo Campos. FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Osmar Prestes, Secretário desta Comissão.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

Osmar Prestes - Secretário

Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, sob a presidência da Sra. Deputada Cida Borghetti e com a presença dos seguintes Deputados: Luiz Accorsi, Luciana Rafagnin e Nelson Justus. Havendo número legal, a Sra. Presidente deu início aos trabalhos para votação do Projeto de Lei nº 714/05, de autoria da Deputada

Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Accorsi - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar, eu, Luciane Andretta, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) CIDA BORGHETTI - Presidente
Luciane Andretta - Secretária

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 126/06, 127/06 e 132/06. Na sequência o Deputado Alexandre Curi passou a presidência dos trabalhos ao Deputado José Domingos Scarpellini, quando foi relatado o Projeto de Lei nº 113/06, também, pela Deputada Cida Borghetti. As redações finais foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado José Domingos Scarpellini apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 258/05 e 714/05, que foram APROVADOS sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza

Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de abril do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado José Domingos Scarpellini apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 034/06, que foi APROVADO sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Nelson Justus apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 092/05 e 681/05 e ao Projeto de Resolução nº 004/06, que foram APROVADOS sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária